ENTREVISTA DE SAÍDA DO CNJ, LUIS FELIPE SALOMÃO CRITICA O CONLUIO LAVAJATISTA E DEFENDE QUARENTENA LONGA A JUÍZES SEDUZIDOS PELA POLÍTICA

CHINA A SEGUNDA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO TROCA O CRESCIMENTO EXPONENCIAL PELA QUALIDADE DE VIDA, TRANSIÇÃO VERDE E SALTO TECNOLÓGICO

CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1327
R$ 31,90
11 DE SETEMBRO DE 2024
9 771809 669002 01327
basset editora

XEQUE-MATE

O STF IMPEDE **ELON MUSK** DE USAR O BRASIL COMO PEÃO NA GUERRA DAS *BIG TECHS* CONTRA OS ESTADOS NACIONAIS

Conheça mais
sobre a Fenae,
aponte a câmera
do seu celular
para o QR Code.

Acesse e saiba mais::

/fenaefederacao

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

/company/fenae-federacao

(61) 98142 8428

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

11 DE SETEMBRO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1327

Faz sentido debater com um extremista na tevê? Pág. 22

VITÓRIA VITORINO/TV GAZETA/SP E ACERVO/MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Capa: Pilar Velloso. Foto: MIDJOURNEY—V6

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Sebastião Moura (Editor)
ESTAGIÁRIA: Ana Luiza Sanfilippo
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

CAVALO DE TROIA

Muitos bolsonaristas estão migrando para Pablo Marçal devido à "abstinência" das extravagâncias que pareciam ter murchado no primeiro objeto de desejo, o próprio Bolsonaro. Como qualquer "dependente químico", eles não abandonarão automaticamente "a droga" apenas por argumentos ou fatos. Uma vez que o proibido se torna desejável, é necessário encontrar um tratamento eficaz. Talvez, neste caso, o tratamento deva ser autoimune, isto é, induzir o bolsonarismo de Bolsonaro a se opor ao bolsonarismo de Pablo Marçal. A questão é como atrair o capitão para o embate mais direto e explícito contra seu pretendente a herdeiro.
Williams Costa Cantanhede

Bolsonaro é apenas um nome. O bolsonarismo é uma ideologia que busca se impor. O fascismo está sempre à espreita. Agora, surge na forma de *coach*.
Tania Cabrera

POPULISTAS EM SÉRIE

Populistas, *outsiders* e oportunistas, que se dizem apolíticos e antissistema, estão sempre à espreita dos eleitores incautos que buscam novidades, mesmo que sejam para pior. Neste cenário cibernético, as redes sociais se tornam um ambiente propício para aventureiros que se apresentam como alternativas aos modelos tradicionais da política. Sabemos, porém, que cada vez mais surgirão esses tiriricas cibernéticos. A Justiça Eleitoral precisa aperfeiçoar-se para impedir que esse tipo de político oportunista ganhe espaço nas redes. Precisamos ainda aumentar a consciência política do povo.
O Estado precisa oferecer oportunidades, gerar empregos e industrializar o País, visto que figuras como Trump, Milei, Bolsonaro e Marçal se aproveitam da antipolítica para seduzir o eleitor desesperançado.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

TOMBSTONE *VIRTUAL*

E foi exatamente por isso que a extrema-direita parlamentar votou contra a regulamentação das redes sociais: para propagar ódio, discriminação, racismo, preconceito e todo tipo de mentiras e calúnias.
Divino Donizete

A OUTRA WUHAN

Enquanto isso, a cidade de Ipatinga, em Minas Gerais, localizada a apenas 218 quilômetros da capital Belo Horizonte, continua recebendo pó de aciaria de uma grande metalúrgica, situada no centro da cidade. A solução seria simples: bastaria a colocação de filtros nas chaminés, mas a empresa prefere poluir a atmosfera e prejudicar a saúde da população. Triste Brasil!
Reginaldo Araújo Costa

Impressionante como as pessoas são fascinadas por tecnologia, mesmo quando essa tecnologia reduz postos de trabalho.
Robison Silva

EXCEÇÃO À REGRA

Desculpem-me, mas continuamos sem representatividade com mulheres que defendem o patriarcado e levantam bandeiras religiosas. Sinceramente, elas não me representam!
Rosangela Lorenzoni

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

A explosiva “linha chilena”

O apagão que deixou quase 1 milhão de consumidores sem luz em São Paulo e Guarulhos, no sábado 31, foi provocado por uma pipa caída em uma subestação de energia, informou a Eletrobras na segunda-feira 2. O primeiro curto-circuito ocorreu quando o corpo do papagaio encostou nos fios de alta-tensão. A segunda descarga deu-se ao toque da rabiola, feita de uma linha metálica, que contém alumínio na composição, a chamada “linha chilena”. O vídeo divulgado pela companhia é espantoso. Não exatamente pela força das explosões, e sim pela fragilidade do sistema. O fornecimento de energia nas duas cidades demorou duas horas para ser restabelecido.

A alta foi puxada pela indústria e pelo setor de serviços

Economia/ Analistas boquiabertos

PIB cresce 1,4% no 2º trimestre de 2024, muito acima do previsto pelo mercado

A economia brasileira voltou a superar as expectativas do mercado financeiro e cresceu 1,4% no segundo trimestre de 2024. A alta foi puxada, principalmente, pelo setor de serviços e pela indústria, que cresceram 1% e 1,4%, respectivamente. O agronegócio recuou 2,3%. “O crescimento está totalmente concentrado na demanda interna, especialmente em consumo das famílias e investimentos”, observou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, responsável pela aferição do PIB.

“O resultado veio em linha com as projeções da Secretaria de Política Econômica. Vamos provavelmente reestimar o PIB do ano. Pela força que ele vem se desenvolvendo, deve superar 2,7% ou 2,8%”, celebrou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Há instituições que já estão projetando um PIB superior a 3%. Isso pode, inclusive, ensejar uma nova projeção das receitas para o ano que vem, se continuar forte como está.”

A maioria dos analistas esperava um crescimento bem mais acanhado no segundo semestre. Na mediana, o mercado financeiro projetava uma taxa de 0,9%, segundo pesquisa da agência Bloomberg. A alta de 1,4% é a maior desde o quarto trimestre de 2020, quando o PIB avançou 3,7%. Era o momento da retomada das atividades econômicas no País após o período mais agudo da pandemia, o que explica a atípica expansão da época.

Como de hábito, boa parte desses mesmos analistas já aponta risco de inflação e faz campanha para o Banco Central elevar as taxas de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária. Há tempos, Lula defende o oposto para manter a economia aquecida. Ao comentar o resultado do PIB, o presidente ressaltou que a alta acumulada em doze meses, desde o segundo trimestre de 2024, chegou a 3,3%. “Crescimento que se soma ao aumento dos empregos, o consumo das famílias e melhor qualidade de vida”, escreveu nas redes sociais. “Sem bravatas e mentiras. É isso que importa.”

Investigação/ O banco do crime

PCC criou *fintech* para lavar dinheiro e financiar campanhas políticas

O PCC criou um banco, similar a uma *fintech*, para lavar dinheiro de atividades ilícitas e financiar campanhas políticas. As conclusões figuram em um inquérito da Polícia Civil de São Paulo, cujo teor foi revelado pelo portal UOL. Sem autorização do Banco Central para operar, a instituição financeira, com sede em Mogi das Cruzes, no interior paulista, teria movimentado ao menos 600 milhões de reais em cinco anos – quase 100 milhões por meio de saques em espécie.

Em seu *site* oficial, o 4TBank se apresenta como um banco "ecologicamente correto", que permite transações 100% digitais, "eliminando qualquer necessidade de cartões físicos até mesmo para saques na rede Banco24horas". A *fintech* também oferece serviços de recarga de celular e compra e venda de cripto ativos. Segundo o delegado Fabrício Intelizano, os responsáveis pelo banco estão presos, com contas e bens bloqueados pela Justiça.

O esquema é mais amplo e envolve, além do banco digital, outras 19 empresas. Ao todo, essa rede teria movimentado 8 bilhões de reais. Segundo os investigadores, parte dos recursos abasteceu campanhas de ao menos três candidatos em Mogi das Cruzes, Ubatuba e Santo André. A investigação ganhou fôlego após a polícia acessar o celular de Fabiana Lopes Manzini, mulher de Anderson Manzini, um antigo integrante do PCC. Ele fazia parte de um grupo de sequestradores que atuava no interior paulista. A partir de sua prisão, em 2002, Fabiana tomou a frente dos negócios.

Nas conversas interceptadas, Fabiana aparece recebendo orientações de João Gabriel de Mello Yamawaki, primo de Anderson e apontado como integrante do núcleo financeiro da facção, sobre pessoas ligadas ao PCC para candidaturas em São José do Rio Preto, Campinas e Baixada Santista. Com experiência em finanças, Yamawaki é apontado como criador e operador do banco digital, registrado em nome de sua enteada, Matie Obam, de 24 anos.

A operação alcançou 32 investigados, dos quais seis teriam relações com o banco do PCC. Os demais são suspeitos de envolvimento com o narcotráfico. Ao *Jornal Nacional*, o advogado que representa a 4TBank, Obam e Yamawaki afirma não haver fundamento nas alegações de ligação da instituição financeira com a facção criminosa. A *fintech*, acrescentou a defesa, estaria em processo de registro e autorização do BC.

REDES SOCIAIS/4TBANK E VOLKSWAGEN DO BRASIL

Dever dinheiro para essa instituição financeira é um grande risco

Acordão na Câmara

O deputado Marcos Pereira, do Republicanos, desistiu de sua candidatura à presidência da Câmara em prol do líder de seu partido na Casa, Hugo Motta. Com isso, abre-se a possibilidade de um amplo acordo para que Motta torne-se um nome consensual na sucessão de Arthur Lira. Pereira comunicou a decisão ao presidente Lula e ao próprio Lira, que topou conversar com seu candidato, Elmar Nascimento, líder do União Brasil, para também desistir de concorrer. O acerto poderia selar uma reconciliação de Lula com o Centrão, sem o qual o governo não consegue aprovar seus projetos prioritários.

Neonazistas na Alemanha

Amargo. Esta foi a palavra escolhida pelo chanceler Olaf Scholz para definir os resultados eleitorais em duas regiões da Alemanha. A AfD, agremiação neonazista, obteve uma vitória inconteste na Turíngia. Alcançou 32,8% dos votos, contra 23,6% da CDU, a direita cristã, que ficou em segundo. Na Saxônia, a AfD fez 40 dos 120 deputados, um a menos do que a CDU. "O nosso país não pode nem deve habituar-se. A AfD prejudica a Alemanha. Enfraquece a economia, divide a sociedade e arruína a nossa reputação", discursou Scholz.

Israel/ Muito barulho por nada

Protestos massivos e a greve geral não comovem Netanyahu

Milhares nas ruas, centenas nos enterros dos seis reféns mortos, greve geral, certo constrangimento do Ocidente, expressos no recado de Joe Biden e na decisão do Reino Unido de suspender a exportação de armas a Israel. Nada parece capaz de se sobrepor aos interesses particulares do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, e dos partidos de extrema-direita que o mantêm grudado ao poder e longe das garras da Justiça. "Há sangue nas mãos do governo", gritavam os manifestantes em diversos pontos do país. "Estamos perto de um acordo para libertar os reféns, mas não creio que Netanyahu esteja fazendo o suficiente", reclamou Biden. Segundo os cálculos, restam 64 israelenses nas mãos do Hamas. O *premier* tem, no entanto, dificultado um acordo de cessar-fogo ao incluir novas e, no entender do grupo palestino, inaceitáveis exigências. O Hamas ameaça matá-los caso o massacre na Faixa de Gaza continue. "A insistência de Netanyahu em libertar os prisioneiros por meio de pressão militar, em vez de firmar um acordo, significará o retorno deles em caixões, e suas famílias terão de escolher entre mortos ou vivos", afirmou Abu Obaida, porta-voz das brigadas Al-Qassam.

Israelenses clamam por um acordo de libertação dos reféns

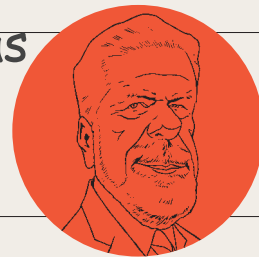
González está escondido. Até quando?

Venezuela/ GONZÁLEZ NA MIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO EMITE ORDEM DE PRISÃO CONTRA OPOSITOR

Candidato da oposição nas eleições presidenciais, Edmundo González está mais perto de uma cela do que da principal cadeira no Palácio Miraflores. Depois de se recusar pela terceira vez a prestar depoimento, o diplomata teve uma ordem de prisão expedida pelo Ministério Público venezuelano. O procurador-geral, Tarek William Saab, investiga o adversário de Nicolás Maduro por supostos crimes de usurpação de funções, falsificação de documentos públicos, instigação à desobediência à lei, crimes informáticos e conspiração. O processo nasceu da divulgação, pela oposição, do que seriam atas eleitorais que comprovariam a vitória de González por ampla margem. Escondido desde 30 de julho, o candidato acusa o Ministério Público de conduzir um inquérito sem "garantias de independência e do devido processo". O governo brasileiro, assim como o colombiano, continua a cobrar a divulgação das atas oficiais. Até lá, o presidente Lula recusa-se a reconhecer a vitória de Maduro, diplomado pelo Conselho Nacional Eleitoral com o aval do Superior Tribunal de Justiça do país. Os Estados Unidos anunciaram a apreensão de uma aeronave supostamente usada pelo presidente venezuelano e ameaçam ampliar as sanções.

JACK GUEZ/AFP E JUAN BARRETO/AFP

JAQUES WAGNER
Líder do governo no Senado, foi governador da Bahia e ministro do Trabalho, da Defesa e da Casa Civil

Independência *online*

▶ **Nossa soberania, inegociável, se estende ao mundo virtual**

Chegamos à celebração do 7 de Setembro diante de um episódio emblemático para reforçar o Dia da Independência do Brasil. A decisão unânime da 1ª turma do Supremo Tribunal Federal de suspender a rede social X no País carrega uma mensagem contundente: nossa soberania se estende ao mundo virtual.

No ano passado, recuperamos os princípios originais da data, maculados no período anterior por um olhar enviesado e temeroso a respeito do que significam os termos soberania, liberdade e autodeterminação dos povos, a ponto de terem servido a devaneios autoritários em meio a atritos crescentes entre os Poderes, o que, definitivamente, não combina com a democracia.

Agora, a ameaça a ser debelada vem de fora, a partir do uso inescrupuloso de uma rede social cujo proprietário, um bilionário sul-africano radicado nos Estados Unidos, age como se por aqui não houvesse uma nação constituída. Ao contrário do que insistem em dizer os bajuladores de plantão, o tema está a anos-luz de um debate sobre liberdade de expressão, censura ou algo parecido. Trata-se do respeito às leis, à Constituição, à soberania nacional e, sempre, à independência.

A decisão do STF, portanto, transmite uma lição educativa. Costumo dizer que a democracia é o império da lei. Como nação soberana, nossas leis devem ser respeitadas por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou não, bilionária ou não. Como bem colocou o presidente Lula sobre o caso, "a Justiça brasileira pode ter dado um importante sinal de que o mundo não é obrigado a aguentar esse vale-tudo da extrema-direita nem permitir que bilionário passe por cima da nossa Constituição".

Estou seguro de que, se a Suprema Corte norte-americana exigisse a retirada de perfis do ar da rede em questão, dificilmente Elon Musk ou qualquer outro empresário contestariam. Uma coisa é fazer crítica à decisão, mas não tem nenhum sentido deixar de cumpri-la. O Brasil não é terra de ninguém, não é terra sem lei.

Ao proferir seu voto, a ministra Cármen Lúcia, do STF, foi assertiva: "Um brasileiro poderia atuar em qualquer outro Estado soberano desprezando e descumprindo seu ordenamento jurídico e as ordens judiciais exaradas pelos seus respectivos juízes?". Aqui, o "não" é a única resposta possível.

Neste sentido, é sintomático e revelador o modo como o X se comportou na relação com a Justiça em outros países, numa prova de que o problema de fundo está longe de ser uma simples desobediência civil, mas muito perto de ser uma afronta ideológica a serviço de ideais da extrema-direita e de interesses econômicos. Na Turquia, o X acatou sem qualquer contestação uma ordem da Justiça para restringir contas contrárias ao governo dois dias antes da reeleição do presidente Recep Erdogan, em 2023. De igual maneira, na Índia, bloqueou *links* para um documentário com críticas ao primeiro-ministro Narendra Modi. Nas duas situações, o proprietário da rede social, calçado por seus apoiadores, não interpretou os episódios como ataques à liberdade de expressão.

A rede também foi processada na Austrália e obedeceu à ordem judicial de retirar do ar conteúdos vinculados a ataques violentos cometidos em Sydney. Além disso, desde o ano passado, o X é investigado na União Europeia e corre o risco de banimento por suposta violação às regras de compartilhamento de conteúdo ilegal e desinformação.

Episódios como esse servem para lembrar que nossa jovem democracia foi conquistada após uma longa luta contra o autoritarismo, superando 21 anos de ditadura, e que a estabilidade democrática ainda está por vir e depende do esforço diário de todos nós, haja vista o lamentável ataque de 8 de janeiro de 2023.

Gosto sempre de enfatizar que, para todo 7 de Setembro, há um 2 de Julho em seguida. Isso porque o Grito de Independência não bastou para que o Brasil superasse a condição de colônia. A verdadeira liberdade só foi realmente conquistada quase um ano depois, em 1823, na Bahia. Esta sim foi uma vitória determinante para a unificação e concepção da nação brasileira.

A suspensão do X por desrespeito à legislação tem, portanto, caráter pedagógico. É uma advertência de que o Brasil não tolera práticas abusivas e uma defesa veemente das leis brasileiras, alicerces da nossa democracia. A decisão da Corte brasileira consolida o entendimento de que os princípios da independência, da liberdade, da autodeterminação e da soberania se aplicam também na vida *online*.

Seguiremos lutando o tempo que for necessário para garantir uma nação cada vez mais forte, mais pujante, mais justa e mais solidária, com oportunidades iguais para todos e todas. Para isso, não podemos abrir espaço para aventuras que ameacem tudo o que foi e tem sido conquistado, a duras penas. Independência e soberania são pilares inegociáveis da democracia. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

O BANCO DA HABITAÇÃO

EM NOVO RECORDE, A CAIXA CONCEDE R$ 112,6 BILHÕES EM CRÉDITO IMOBILIÁRIO NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO

Maior parceira da habitação no Brasil, a CAIXA liberou R$ 112,6 bilhões em crédito imobiliário no primeiro semestre de 2024, alta de 31,7% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado consolida a liderança do banco público na concessão de financiamentos habitacionais. Atualmente, sete em cada dez brasileiros realizam o sonho da casa própria com o apoio da CAIXA, que também é o principal agente financeiro da habitação com recursos do FGTS, com 99,46% de participação.

Somente nesse segmento, a CAIXA fechou 299,4 mil contratos de janeiro a junho deste ano, dos quais 35,5% foram celebrados com famílias que possuem renda mensal de até R$ 2.640. Desde 2003, foram financiados mais de 6,1 milhões de imóveis com subsídios do Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, destinado a facilitar o acesso dos brasileiros à moradia digna.

A oferta de crédito imobiliário desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do país. Além de auxiliar na redução do déficit habitacional, os financiamentos impactam positivamente diversos setores da economia, aquecendo a demanda por materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, entre outros. O volume recorde de recursos liberados pela CAIXA contribuiu para a geração de 806,2 mil postos de trabalho nos seis primeiros meses do ano.

Os investimentos crescem ano a ano. Em 2023, a CAIXA alcançou a maior contratação de crédito imobiliário de sua história, com um recorde de R$ 185,4 bilhões de em financiamentos habitacionais. Esse valor beneficiou 2,7 milhões de pessoas com acesso à moradia própria, além de contribuir para a geração de mais de 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos. A CAIXA concedeu, ainda, R$ 42,2 bilhões em crédito para as construtoras, que encerraram 2023 com mais de 7,69 mil empreendimentos em andamento pelo país.

A construção civil é vital para a economia. O setor foi responsável por mais de 7% das pessoas ocupadas no país no segundo trimestre de 2024, o equivalente a 7,69 milhões de trabalhadores - revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, a construção civil criou 180,7 mil postos com carteira assinada no primeiro semestre deste ano, quase 14% do 1,3 milhão de empregos formais gerados no país. Com a demanda aquecida, a perspectiva é encerrar o ano com um cenário ainda melhor. Em maio, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção revisou para cima a projeção de crescimento do setor, de 2,3% para 3% em 2024.

Para facilitar ainda mais o acesso ao crédito imobiliário, desde abril, os trabalhadores podem utilizar a contribuição mensal de 8% depositada pelo empregador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, para compor a renda e facilitar a aprovação do crédito. A operação do FGTS Futuro está disponível para famílias com renda de até R$ 2.640 para aquisição de imóveis novos e usados pelo programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

A CAIXA oferece opções de crédito imobiliário para todas as faixas de renda. É possível financiar a compra de imóveis novos e usados, a reforma do seu imóvel, a aquisição de um terreno para construir sua casa ou apenas a construção do imóvel. Os clientes podem fazer simulações e conhecer as linhas de crédito mais adequadas ao seu perfil no site **caixa.gov.br/habitacao** e no **App Habitação CAIXA**.

Disponível para Android no Google Play e para iPhone na App Store, o aplicativo também permite o envio de solicitação de financiamento de forma digital. O cliente realiza o cadastro, envia a documentação, seleciona o canal de atendimento e acompanha o seu processo diretamente pelo App Habitação CAIXA. Após a aprovação, é possível consultar as informações do contrato, alterar a data de vencimento das parcelas, verificar as prestações em aberto e emitir o boleto ou código.

Em poucos cliques, o cliente também pode acompanhar a evolução do financiamento do imóvel em fase de obra, simular e emitir boleto de amortização com recursos próprios, consultar o valor atualizado e emitir a guia de pagamento para a liquidação antecipada. O termo de quitação também pode ser solicitado diretamente no App Habitação CAIXA. O documento tem validade tanto digital quanto impresso, dependendo da forma como o cartório solicitar.

CAIXA
É POR VOCÊ. É POR TODO O BRASIL.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Em 2023, o banco viabilizou o sonho da casa própria para 2,7 milhões de brasileiros

Foram R$ 185,4 bilhões em novas contratações no ano passado, o que contribuiu para a geração de mais de 1,3 milhão de empregos no País

SE É HABITAÇÃO, CHAMA A CAIXA!

Perdeu, *playboy*

ELON MUSK QUIS FAZER DO BRASIL UM EXEMPLO DE "REPÚBLICA BANANEIRA". NÃO DEU CERTO

por MAURÍCIO THUSWOHL

ARQUIVO/STF E DIMITRIOS KAMBOURIS/GETTY IMAGES/AFP

O Brasil está novamente no centro das discussões sobre o poder das *big techs* e os crescentes desafios que estas, ainda inalcançáveis na maior parte do mundo por uma regulamentação eficaz, impõem aos governos nacionais e ao próprio Estado Democrático de Direito. O País, tudo indica, foi o laboratório escolhido por Elon Musk para testar os limites da lei e da paciência do Poder Público diante do singular conceito de "liberdade de expressão" praticado na rede social X, convertida em um refúgio para extremistas, homofóbicos, misóginos, racistas, neonazistas e meliantes de todos os calibres. Para escapar de qualquer tipo de regulação, o bilionário não hesita em desrespeitar determinações legais e afrontar autoridades de diversos países, desde que elas não tenham investimentos ou parcerias comerciais com suas empresas, claro.

A provedora de internet via satélite acatou a ordem do magistrado para bloquear o acesso à rede social do seu próprio controlador

A reação ao empresário partiu mais uma vez do Supremo Tribunal Federal, por iniciativa do onipresente ministro Alexandre de Moraes, e culminou na suspensão das atividades do X e de outra empresa de Musk, a desenvolvedora de satélites de baixa órbita Starlink. O motivo das suspensões foi a recusa do X em indicar um representante legal da empresa no Brasil, capítulo mais recente de uma briga pública iniciada em abril, quando Musk ignorou as determinações de Moraes para que fosse excluída da rede social uma série de notícias falsas e mensagens de ódio postadas em diversos perfis, entre eles o da bolsonarista Paola Daniel, mulher do ex-deputado Daniel Silveira, e o do senador Marcos do Val, do PL.

A novidade ganhou as manchetes mundiais na mesma semana em que outra figura controversa do universo das redes sociais, o russo Pavel Durov, dono do Telegram, foi detido em Paris e comunicado da proibição de abandonar o território francês, acusado de não colaborar com a Justiça em um processo no qual a rede que controla é acusada de abrigar divulgação de conteúdo pornográfico, tráfico de drogas e fraudes. Ambos os casos se sucedem a embates judiciais que opõem governos nacionais a empresas como X e Telegram e a outros gigantes do setor, como Google e Meta. Em jogo, uma discussão crucial para o futuro da democracia e das relações humanas: os países conseguirão controlar as *big*

techs ou esse pantanoso mundo virtual será definitivamente uma terra sem lei?

Coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Renata Mielli afirma que é tarefa central enfrentar o poder econômico das plataformas e observa que algumas são tão poderosas que teriam assento entre as 20 maiores economias do mundo. "É a primeira vez que temos empresas individuais com tamanho poder econômico, que também é poder político. Empresas que atualmente controlam *data centers*, computação de alta capacidade, redes de interconexão. Empresas que dominam cadeias produtivas e, ainda mais grave, concentram de forma perigosa o debate público". São necessárias iniciativas, acrescenta Mielli, para enfrentar esse perigoso monopólio. "Os países precisam investir em infraestrutura crítica, ter mais controle sobre seus dados e desenvolver aplicações que possam minar os interesses dessas empresas e construir caminhos alternativos."

Para Artur Romeu, diretor do escritório da Repórteres Sem Fronteiras na América Latina, a regulação das plataformas e da Inteligência Artificial com marcos que ampliem a responsabilidade e transparência das *big techs* "é fundamental para que as democracias não sejam cada vez mais tomadas

A Starlink é onipresente nos garimpos da Amazônia. A Arábia Saudita baniu o X, mas Musk não ousa criticar o príncipe Bin Talal, seu sócio

como reféns em casos como o que estamos vendo com o X". O argumento da defesa da liberdade de expressão usado por Musk, Durov e outros para atacar qualquer tipo de regulação, acrescenta Romeu, é uma falácia. "A garantia da liberdade de expressão passa em grande medida por avanços de marcos regulatórios robustos e equilibrados sobre as atividades dessas gigantes da tecnologia. Há que se garantir uma lógica de supervisão democrática, defesa da integridade da informação e valorização da internet como bem público."

Enquanto o debate global não acontece, o enfrentamento entre o Estado de Direito e os barões que controlam as *big techs* se dá de forma esparsa e na base do mano a mano. Na França, solto após cinco dias de prisão mediante o pagamento de uma fiança de 5 milhões de euros, o dono do Telegram, terceira maior rede de mensagens do mundo, atrás apenas de Facebook e WhatsApp (empresas da Meta), responderá em liberdade a seis acusações que podem render-lhe uma pena de dez anos de prisão. O mundo observará com atenção o desenrolar do processo contra Durov, pois é a primeira vez que um magnata das redes sociais é acusado e preso por um Estado nacional por "permitir" a realização de crimes na plataforma que dirige e se recusar a remover ou identificar arquivos com conteúdo criminoso. A decisão francesa se apoia no Regulamento para Serviços Digitais (DAS, *na sigla em inglês*), lei em vigor desde 2022 na União Europeia, vitrine da gestão de Ursula von der Leyen e por enquanto a mais bem-estruturada tentativa de conter o poder das *big techs*.

Nos EUA, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, tornou-se alvo do Congresso em uma investigação sobre a veiculação para adolescentes nas redes sociais da empresa de conteúdos de predado-

Enquanto ruge com as autoridades brasileiras, o bilionário acata mansamente os pedidos de remoção de conteúdo feitos por Erdogan, da Turquia, e Modi, da Índia. Os países vão abrigar fábricas da Tesla

PRESIDÊNCIA DA TURQUIA, GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO/ÍNDIA, ARQUIVO/AFP E BRUNO MANCINELLE/CASA CIVIL

res sexuais ou de incentivo ao suicídio. Uma delas, o Instagram, responde a processos em 40 estados norte-americanos por permitir o acesso de menores de 13 anos. Em janeiro, durante audiência no Senado, o criador do Facebook chegou a ler uma carta de desculpas aos pais dos adolescentes mortos. "Nenhuma família deveria passar pelo que vocês passaram." Aos senadores, Zuckerberg apresentou medidas consideradas irrelevantes e prometeu "novos investimentos" de 2 bilhões de dólares em segurança. "Manter os jovens seguros *online* tem sido um desafio. À medida que os criminosos aprimoram suas táticas, temos que aprimorar nossas defesas também."

POR UNANIMIDADE, A PRIMEIRA TURMA DO STF MANTEVE O BLOQUEIO À REDE SOCIAL NO BRASIL

A audiência no Senado dos EUA teve também as presenças dos executivos Shou Zi Chew, do TikTok, Linda Yaccarino, do X, Evan Spiegel, do Snap, e Jason Citron, do Discord. "Vocês têm sangue em suas mãos. São donos de um produto que está matando as pessoas", disse o senador Lindsey Graham, do Partido Republicano. Apesar do pito levado no Senado, nada mudou. Para piorar, Zuckerberg, em uma ação vista como pró-Trump por analistas políticos, afirmou, em uma carta enviada no fim de agosto a um deputado da Câmara dos Representantes, arrepender-se de ter "cedido às repetidas pressões" do governo de Joe Biden para retirar do ar postagens com desinformação científica sobre a pandemia em 2021.

Apesar de as postagens retiradas indicarem tratamentos ineficazes ou incentivarem o fim do isolamento social, a pressão hoje é vista por Zuckerberg como cerceamento à liberdade de expressão. "Estamos prontos para lutar para que isso não ocorra novamente", garante o CEO da Meta. Candidata democrata à Casa Branca, a vice-presidente Kamala Harris defende maior responsabilização das *big techs*. "É preciso entender o poder desses *sites* de mídia. Eles estão falando diretamente com milhões e milhões sem qualquer nível de supervisão ou regulamentação. Isso tem que parar."

Figurões como Musk, Zuckerberg, Durov e Zhang Yiming, dono do TikTok, entre outros, se equilibram sobre um maleável conceito de defesa das liberdades que varia conforme a cara do freguês. Mas, às claras ou nos bastidores, apoiam e fazem acordos com governos, regimes e políticos, quase sempre de direita. Nesse ti-

me, o dono do X, que se definiu como "um absolutista da livre expressão", encarna *personas* diversas de acordo com o interesse financeiro de suas empresas. Com o Brasil, resolveu rugir como um leão, mas ronrona em diversos outros países.

É o caso da Índia ou da Turquia, onde o X acatou passivamente os pedidos feitos pela Justiça de retirada de conteúdos considerados ofensivos aos respectivos chefes de governo, Narendra Modi e Recep Erdogan. Coincidentemente, os dois países anunciaram projetos bilionários para a instalação em seus territórios de fábricas da Tesla, empresa de Musk fabricante de automóveis elétricos. O vigor libertário do empresário também empalidece na Arábia Saudita, onde usuários do X são condenados à morte após a identificação de postagens na rede. Vale lembrar que o príncipe saudita Alwaleed Bin Talal investiu, por meio da Kingdom Holding Co., cerca de 2 bilhões de dólares no próprio X e despejou outros bilhões na xAI, empresa de Musk dedicada à Inteligência Artificial.

No Brasil, em que pesem os 22 milhões de usuários do X e o fato de a Starlink deter 46% do mercado nacional de internet via satélite (ou 0,4% do mercado de banda larga), Moraes determinou a suspensão da plataforma em 30 de agosto, findo o prazo de 24 horas para que a empresa indicasse um representante legal no Brasil e após uma postagem de Musk na própria rede afirmando que "não cumpriria decisões ilegais". A determinação, respaldada de forma unânime pela Primeira Turma do STF três dias depois, tem validade até que sejam pagas pela empresa todas as multas, em um total de 19 milhões de reais, e cumpridas todas as ordens judiciais para retirada de conteúdo ou pedidos de esclarecimento.

A suspensão foi o mais recente capítulo de uma disputa iniciada em abril, quando Musk postou uma série de ataques ao ministro. Em 17 de agosto, o empresário, que teve seu nome incluído por Moraes nas investigações sobre as milícias digitais, anunciou que o X decidiu encerrar as suas atividades no Brasil e demitir cerca de 40 funcionários, mas a rede social continuou a operar no País. "Após os reiterados e voluntários descumprimentos de ordens judicias, a empresa demonstra não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário brasileiros e pretende instituir um ambiente de total impunidade e terra sem lei", escreve Moraes em seu despacho. O magistrado afirma ainda que Musk é permissivo com "a divulgação massiva de desinformação, discurso de ódio e atentados ao Estado Democrático de Direito".

O PROJETO PARA REGULAR AS *BIG TECHS* CONTINUA ADORMECIDO NAS GAVETAS DA CÂMARA

A crise estaria pior se a Starlink não tivesse recuado na terça-feira 3 da intenção de desrespeitar mais uma ordem de Moraes, o bloqueio de acesso de seus usuários ao X no Brasil. "Apesar do tratamento ilegal dado à Starlink, estamos cumprindo a decisão de bloquear o acesso ao X no Brasil", anunciou em comunicado a empresa, que tem 224 mil clientes de banda larga fixa espalhados em 4.761 municípios. "O bloqueio da Starlink se daria para o pagamento das multas que foram impostas ao X antes de sua suspensão, uma forma de assegurar o pagamento de uma sanção processual", explica o advogado criminalista Bruno Salles Ribeiro, coordenador do Grupo Prerrogativas. Ele ressalta que essa sanção deveria recair primariamente à empresa que cometeu a infração processual. "Ainda que o X e a Starlink tenham o mesmo controlador, são empresas distintas."

Uma das recomendações da Primeira Turma do STF para que se evite casos como o do X é a adoção pelo Brasil de leis que regulamentem as ações das *big techs*. O PL 2630, mais conhecido como PL das

Durov foi preso em Paris por violar a legislação europeia, uma vitrine da gestão de Ursula von der Leyen

Alvo de *fake news* e de imagens manipuladas pela extrema-direita, Kamala Harris cobra responsabilidade das plataformas nos EUA

REDES SOCIAIS E PSD/PORTUGAL E STEVE JENNINGS/AFP

Fake News e que parecia pronto para ser votado no ano passado, permanece, porém, escondido nas gavetas da Câmara desde que o presidente da casa, Arthur Lira, do PP, criou um grupo de trabalho com representantes dos diversos partidos para retomar os debates sobre a proposta. "Até o momento não aconteceram encaminhamentos desse colegiado", lamenta o deputado Orlando Silva, do PCdoB, relator do projeto.

Silva lembra que o PL 2630, ainda não aprovado, traz expressamente a obrigação de que as plataformas digitais que atuam no Brasil tenham representação legal no País, mas ressalta que o Artigo 1.138 do Código Civil já determina que quaisquer empresas estrangeiras que atuem no Brasil devem ter representação aqui, inclusive para receber citações judiciais e responder perante as autoridades brasileiras. O deputado avalia que a regulação das plataformas é um debate global. "É uma necessidade dos dias atuais porque as *big techs* operam serviços que impactam as vidas de bilhões de usuários em diversos países. A dimensão que ganharam tais serviços impõe que existam regras mínimas para o setor, como existem regulações para todos os grandes segmentos que estruturam as economias e as sociedades."

Vice-líder do governo na Câmara, Carlos Zarattini, do PT, afirma que, mesmo se o PL das *Fake News* tivesse sido aprovado, isso não alteraria o embate entre o STF e o X. "O que está em jogo é o respeito às instituições democráticas no Brasil. Musk desrespeita a legislação brasileira e, qualquer que fosse a legislação, ele trabalharia com esse desrespeito", avalia. O deputado garante que a base do governo está totalmente de acordo com a decisão de Moraes. "Consideramos que fazer as leis brasileiras serem respeitadas por empresas e por pessoas que atuam no País é uma questão de soberania."

A existência de uma lei, acredita Mielli, tornaria explícitas as regras legais e os critérios e parâmetros para a atuação de plataformas de redes sociais, serviços de mensagens e ferramentas de busca internacionais. "No PL 2630, há a determinação de que empresas que contem com mais de 10 milhões de usuários no Brasil devem manter, obrigatoriamente, representação legal no País. Além de entrar em aspectos mais específicos sobre a responsabilidade das plataformas em casos de conteúdos de terceiros envolvendo atentados ao Estado Democrático de Direito, higidez do processo eleitoral, danos à saúde pública e outros." A lei, acrescenta a coordenadora do CGI, traria mais segurança jurídica para os usuários, às empresas e até mesmo para o Judiciário aplicar as sanções cabíveis.

Romeu avalia que as decisões do STF, em particular aquelas diretamente associadas ao inquérito das *fake news*, ocorrem em um contexto de ausência de resposta por parte de outras instituições do Estado para enfrentar e frear a disseminação massiva de desinformação, discurso de ódio e ataques contra instituições democráticas: "Da mesma forma, o vazio regulatório relega ao STF a responsabilidade de ação. A expectativa com o PL 2630 era justamente criar um marco regulatório que fortalecesse a capacidade do Estado de supervisão democrática e responsabilização das grandes empresas como X pelos abusos que ocorrem em suas plataformas".

Para Salles Ribeiro, a suspensão das atividades do X no Brasil está de acordo com o artigo 61 da Lei Geral de Proteção de Dados, que demanda a existência de representante no Brasil que possa ser intimado ou notificado das ordens emanadas pelas autoridades brasileiras. "Logo, não há qualquer ataque à liberdade de expressão, mas sim a aplicação das normas nacionais." O advogado lembra que todo meio de comunicação está sujeito a regulação e que a Constituição estabelece que a propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão e de divulgação de sons e imagens deve ser privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, além de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. "Isso obviamente não representa um ataque à liberdade de imprensa, mas o estabelecimento de parâmetros mínimos de regulação. Ademais, nenhum direito fundamental é absoluto e deve ser sempre sopesado à luz de outros princípios e garantias previstos na Constituição Federal." •

O negócio é outro

AS *BIG TECHS* NÃO QUEREM SÓ DINHEIRO, QUEREM PODER

por SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA*

As grandes empresas de tecnologia também conhecidas como *big techs* construíram infraestruturas geopolíticas que desafiam os Estados nacionais e suas legislações, principalmente nos países democráticos, onde podem atuar com seus poderosos *lobbies* no parlamento e cativando a imprensa. Os ataques de Elon Musk ao Judiciário brasileiro não são irrelevantes, mas não deixam de ser uma demonstração extrema desses grupos empresariais que não estão dispostos apenas a ganhar dinheiro e auferir alta lucratividade. Pela dimensão econômica que adquiriram, querem moldar as sociedades aos seus interesses, ou seja, querem definir a política.

A pesquisadora Shoshana Zuboff, autora do *best seller A Era do Capitalismo de Vigilância*, escreveu em 2015 um texto chamado *The Big Other*, alusão ao *Big Brother* de George Orwell. Zuboff afirmou que se o Grande Irmão representava o poder autoritário do Estado, o *Big Other* expressava o poder sutil, muitas vezes imperceptível, invisível das tecnologias que penetraram no cotidiano e fortalecem essas grandes corporações. Suas conclusões partiram da observação das operações do Google.

Zuboff relatou que as práticas do Google diante das legislações combinam a evasão ou desrespeito deliberados com a sistemática busca de vazios legais para ampliar suas operações, principalmente aquelas de criação de dispositivos de coleta e armazenamento de dados para a geração de perfis pessoais com vista a conduzir comportamentos. O Google atuou fortemente na exploração de dados comportamentais sem o consentimento explícito dos usuários, agindo nas zonas cinzentas da lei. É provável que nenhum Estado nacional possua mais dados sobre os seus cidadãos do que o atual Grupo Alphabet, *holding* do Google.

MUSK É APENAS O MAIS FANFARRÃO E VERBORRÁGICO DOS BILIONÁRIOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Entre 2008 e 2010, o Google coletou secretamente dados dos roteadores de *Wi-Fi* não criptografados das residências por onde seus simpáticos carros do Google Stret View passaram. Um fiscal de proteção de dados da Alemanha desconfiou da antena dos carros do Google e comprovou a coleta não autorizada da carga útil, *payload data*. A empresa que tinha como *slogan Don't be Evil*, após negar que fazia a coleta ilegal de dados dos roteadores, assumiu que havia errado. O diretor foi demitido, mas ganhou como prêmio de consolação patentes bilionárias de georreferenciamento da *big tech*.

Com um poder e estruturas de investigação que poucos países pobres e em desenvolvimento possuem, a União Europeia autuou o Google e sua *holding*, o grupo Alphabet, diversas vezes. Em 2019, a Comissão Europeia multou o Google em 1,49 bilhão de euros (cerca de 9 bilhões de reais) pela violação de regras antitruste, abusando do seu domínio do mercado de buscas para impor cláusulas em contratos com *site* de terceiros que impediam a colocação de anúncios de empresas concorrentes da gigante norte-americana.

Após as revelações de Edward Snowden, em 2013, que confirmaram as relações intrínsecas entre as *big techs* e a NSA, agência de inteligência e espionagem digital dos Estados Unidos, Max Schrems, defensor de privacidade austríaco, moveu uma ação judicial para evitar que dados dos europeus fossem armazenados nas terras do Tio Sam. O grupo Meta, de Zuckerberg, foi intimado a interromper a transferência e processamento de dados de cidadãos da União Europeia nos Estados Unidos. Teve um período de adequação, mas não cumpriu as decisões. Em 2023, a autoridade de proteção de dados da Irlanda multou o grupo Meta em 1,2 bilhão de euros, o equivalente a 1,3 bilhão de dólares, ou 7 bilhões de reais, pelas violações.

A China e a Índia exigem a localização de dados sensíveis e estratégicos em seu país. As *big techs* se enquadram, pois não conseguem enfrentar esses Estados. O fanfarrão Musk se calou e cumpriu decisões judiciais e exigências do governo da Turquia. No Brasil, o cenário é mais complexo. As *big techs* contam com políticos de extrema-direita que passaram a ser defensores de seus interesses. A proposta de regulação das plataformas foi paralisada na Câmara Federal. O Google chegou a promover a desinformação em larga escala a partir de uma mensagem inserida logo abaixo de seu popular mecanismo de busca dizendo que se o PL 2630 fosse aprovado a liberdade na internet estaria em risco. O grupo Alphabet atacou frontalmente a democracia brasileira sem expor seus diretores que agem nos corredores do Congresso. O projeto de lei de regulação da inteligência artificial também foi torpedeado pelas *big techs*, que ganham atores nacionais para vocalizar o seu bordão: regular a tecnologia impede a inovação.

A inovação deve garantir a criação e utilização de modelos e sistemas algorítmicos contrários às nossas leis, que portam discriminações e violações de direitos? Dados sensíveis tratados por modelos de *deep learning* devem ou não ser acompanhados e avaliados pelos riscos que podem causar? Neutralizado pela extrema-direita, contrária a qualquer regulação e submissa ao poder das *big techs*, o Congresso brasileiro vê esses oligopólios digitais continuarem a não pagar impostos que deveriam, extraindo dados sensíveis da nossa população e disseminando em suas plataformas desinformação em massa.

Enquanto na Turquia, Índia, China e União Europeia, o fanfarrão Musk acata as decisões das autoridades daqueles países de remoção de conteúdos criminosos e desinformativos, aqui no Brasil resolveu enfrentar o Poder Judiciário. Repare que Musk não atua aqui como as outras *big techs*. Estas agem nos bastidores, com o cuidado de dizer que não estão fora da lei, sem personalização dos enfrentamentos. Por quê? Pelo simples fato de que Musk, depois de adquirir o Twitter, fechou seu capital e transformou o *nanoblogging* em uma plataforma de seus objetivos políticos. Musk não deve explicações a um conselho de acionistas, por isso fala o que quer e acumula prejuízos.

O Twitter, desde que se tornou X, perdeu usuários. Começou a cobrar por funcionalidades, piorou muito a dinâmica da plataforma, perseguiu autoritariamente críticos e jornalistas de esquerda, disseminava suas postagens para usuários que não o seguiam. Talvez o empresário achasse que suas medidas fossem levantar o ex-Twitter. Mas tudo indica que não. Musk decidiu se tornar um líder mundial da direita extrema. Amigo e ex-sócio do ultradireitista Peter Thiel, age com Donald Trump, Javier Milei e Jair Bolsonaro. A democracia e as leis pouco importam. Por isso, diz claramente não respeitar as decisões de um Poder Judiciário. Musk quer interferir e conduzir a política no Brasil. Acreditou que aqui seria fácil se impor. Não parece estar interessado em economia. Está interessado no poder. Acredita que suas ações irão impulsionar e fortalecer o bolsonarismo no País. Quem tem negócios e serviços do Musk deveriam preocupar-se, pois ele não irá agir com objetivos comerciais, mas com finalidades políticas. •

**Professor da UFABC e bolsista do CNPq.*

ISTOCKPHOTO

Senhor feudal

MUSK É UM SUSERANO DAS PLATAFORMAS DE NEGOCIAÇÃO DIGITAL

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Conhecido e reconhecido economista grego, Yanis Varoufakis escolheu Elon Musk como protagonista maior do sistema tecnofeudal. "Se eu tivesse que escolher uma pessoa para ilustrar o tecnofeudalismo, tanto a palavra quanto o conceito para entender nossa situação coletiva, apontaria Elon Musk. Brilhante e deficiente, combina raros talentos de engenharia com ridículas demonstrações públicas de ostentação."

Diz Varoufakis que a compra do Twitter por Musk foi considerada por muitos comentaristas apenas um episódio de mais um pirralho rico em busca de um brinquedo. "Mas havia uma lógica em sua compra do Twitter, uma lógica tecnofeudal que elucida muito mais do que a mentalidade de Musk."

O economista arrisca seus neurônios para definir as transformações que levaram o capitalismo a desaguar no regime tecnofeudal. Suas peripécias conceituais apontam a substituição dos mercados por plataformas de negociação digital. Elas parecem, mas não são mercados. Essas plataformas são semelhantes aos feudos. Assim, o lucro, motor do capitalismo, foi substituído por sua predecessora feudal, a renda. Especificamente, é uma forma de aluguel que deve ser pago pelo acesso a essas plataformas e à nuvem de forma mais ampla. Como resultado, o poder real hoje não reside nos proprietários do capital tradicional, como máquinas, edifícios, redes ferroviárias e telefônicas, robôs industriais. Eles continuam a extrair lucros dos trabalhadores, do trabalho assalariado, mas não estão no comando como antes. Eles se tornaram vassalos em relação a uma nova classe de senhores feudais, os proprietários do capital da nuvem. Quanto às gentes do povaréu, voltaram ao *status* feudal de servos, alimentando a riqueza e o poder da nova classe dominante.

O LUCRO, MOTOR DO CAPITALISMO, TEM SIDO SUBSTITUÍDO POR SUA PREDECESSORA MEDIEVAL, A RENDA

No Fórum Econômico Mundial de 2018 em Davos, o bilionário George Soros fez uma acusação implacável contra o poder das plataformas: os monopólios da era da internet, ao mesmo tempo que fornecem serviços cruciais de interesse geral, impedem a inovação, o bom funcionamento dos mercados e constituem uma ameaça às liberdades individuais e à democracia. Na opinião de Soros, seria inevitável o surgimento de novas regulamentações e novas regras fiscais para cuidar dessa situação perigosa.

No livro *Phenomenology of The End*, Franco Bifo Berardi desvenda as transformações geradas pela Economia das Plataformas: "A economia territorial da burguesia estava ancorada na dureza material do ferro e do aço, já em nossa era a economia está baseada no caleidoscópio da engrenagem semiótica à margem dos territórios: as mercadorias que circulam no espaço econômico são signos, cifras, imagens, projeções e expectativas. A especulação e o espetáculo se misturam na natureza intrinsecamente inflacionária e metafórica da linguagem".

Berardi avalia as consequências desse processo para os trabalhadores das plataformas: "O capital deixou de alugar a força de trabalho das pessoas, mas compra 'pacotes de tempo', separados de seus proprietários ocasionais e intercambiáveis. O tempo despersonalizado tornou-se o agente real do processo de valorização e o tempo despersonalizado não tem direitos, nem demandas. Apenas deve estar disponível ou indisponível, mas essa alternativa é meramente teórica porque o corpo físico, a despeito de desconsiderado juridicamente, ainda tem que se alimentar e pagar aluguel".

DENNIS JARVIS

Hoje, as plataformas invadem todos os espaços, outrora ocupados pelo comércio, pela finança, pelos serviços, pela publicidade e pela produção. O capitalismo das plataformas transforma a possibilidade do tempo livre na ampliação das horas trabalhadas, na intensificação do trabalho, na precarização e empobrecimento do óleo queimado que sobrevive na bolha cada vez mais inflada dos trabalhadores em tempo parcial.

As empresas de plataforma têm um papel cada vez mais importante nas economias contemporâneas. Essas empresas se ocupam, sobretudo, do controle dos corações e das mentes. Berardi descreve a "automação psíquica" que contamina os indivíduos na sociedade contemporânea. "A sociedade de massa envolve os indivíduos nas cadeias automáticas do comportamento, manipuladas por dispositivos técnico-linguísticos. A automação do comportamento de muitos indivíduos afetados e concatenados por interfaces técnico-linguísticas resulta nos efeitos manada. O homem é um animal que molda um ambiente que, por sua vez, molda seu próprio cérebro. O efeito manada é, portanto, o resultado da transformação humana do ambiente tecnológico, o que conduz à automação dos processos mentais."

Na "automação psíquica", os processos conscientes são substituídos por reações imediatas, simplificadoras e simplistas, quase sempre grosseiras, corpóreas. Nesses soluços de presunção, a consciência inteligente, o pensamento e os próprios sentimentos desempenham um papel modesto. Convencidos da universalidade do seu particularismo, os indivíduos mutilados executam os processos descritos por Franz Neumann em *Behemoth*, seu livro clássico sobre o nazismo: "Aquilo contra o que os indivíduos nada podem e que os nega é aquilo em que se convertem".

O tecnofeudalismo das plataformas acentua duas tendências inerentes às economias contemporâneas: a aceleração do tempo e o encolhimento do espaço. Esmagados pelo bombardeio de informações anônimas que os aprisiona no éter das redes sociais, os humanos habitantes dos espaços concretos buscam refúgio na enganosa segurança das crenças mais simples e simplórias. Na trágica "automação psíquica" dos indivíduos, os processos conscientes são substituídos por reações imediatas, simplificadoras e simplistas, quase sempre fulminantes e esféricas em sua grosseria. Nesses soluços de presunção opinativa, a consciência inteligente, o pensamento e os próprios sentimentos desempenham um papel modesto.

Em seu livro *Filosofia e Tecnologia*, Roberto Finelli adverte que "as novas tecnologias podem trans-humanizar as formas de controle. Ao invés de abrir e facilitar espaços da democracia e da discussão dialógica, parecem trancá-los e forçá-los sob a ditadura de automatismos que, a partir de sua natureza matemático-computacional, pretendem garantir a objetividade da decisão, bem como a aceleração e a determinação do comportamento". •

O rei da baixaria

SÃO PAULO Pablo Marçal conseguiu parasitar o debate eleitoral, preso a um anacrônico modelo que não esclarece mais ninguém

POR MARIANA SERAFINI

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 30

Infância. Relatório aponta falta de vagas em creches para 630 mil crianças no País

Recompensa. O espetáculo dantesco dá resultado, nas redes e nas pesquisas

NELSON ALMEIDA/AFP

"Eu gosto de baixaria, eu gosto do que vocês estão fazendo aqui, vocês estão mexendo com a pessoa errada", advertiu Pablo Marçal, candidato a prefeito de São Paulo pelo PRTB, durante o debate promovido pela TV Gazeta e pelo canal MyNews no domingo 1º. Quando algum de seus adversários fugia do *script* e insistia em discutir algum tema relevante para o futuro da cidade mais rica e populosa do País, lá estava o ex-*coach* para esclarecer a que veio: "Isso aqui não é um jogo para ver quem tem melhor proposta. É para ver quem aguenta mais essa encheção de saco".

O teatrinho de Marçal dá resultado. O influenciador não perde tempo discutindo propostas, até porque não teria o que apresentar. Quando arriscou propor a criação de uma rede de teleféricos para conectar favelas e estimular o turismo local, virou alvo de chacota nas redes sociais. Ciente de que não tem como vencer no debate de ideias, usa todo o tempo disponível para provocar os adversários com insultos, calúnias e difamações, tudo milimetricamente encenado para caber em vídeos curtos, editados para viralizar na internet. Não precisa sequer mobilizar sua equipe para fazer o trabalho braçal. Em vez disso, promove gincanas, com ofertas de prêmios em dinheiro aos produtores de conteúdo que fazem os melhores cortes, aqueles com maior número de visualizações no pantanoso mundo digital.

Semanas antes, durante um debate promovido por *Estadão*, Terra e Faap, Marçal conseguiu desestabilizar o psolista Guilherme Boulos com a leviana insinuação de que ele seria usuário de drogas – chamou o adversário de "aspirador de pó" e ainda levou o dedo à narina, simulando o consumo de cocaína – e ao chamá-lo repetidas vezes de "vagabundo", enquanto erguia ao alto uma carteira de trabalho. Agora, no estúdio da Gazeta, conseguiu a proeza de fazer o tucano José Luis Datena, experiente apresentador de tevê, abandonar seu púlpito para tirar satisfações com o arruaceiro. "Ninguém tem sangue de barata", protestou Datena. "Quem aguenta ser xingado a todo intervalo? Ou mesmo quando outro candidato está falando, o cara fazendo mímica do seu lado para tirar a sua atenção."

> "Isso não é um jogo para ver quem tem a melhor proposta. É para ver quem aguenta mais essa encheção de saco", afirma o ex-*coach*

O festival de baixarias é recompensador. Após as molecagens de Marçal, o debate previsto para a semana seguinte, na Jovem Pan, foi cancelado por desistência dos participantes. Algo que tende a favorecer o ex-*coach*, no momento em que ele avança das pesquisas. De acordo com o instituto Real Time Big Data, Marçal agora lidera a corrida pela prefeitura paulistana com 21% das intenções de voto. Boulos, do PSOL, e prefeito Ricardo Nunes, do MDB, figuram com 20%. Considerando a margem de erro da sondagem, divulgada na terça-feira 3, os três estão empatados.

Apesar de incorporar novos elementos, como os cortes de vídeo para viralizar nas redes, a estratégia de Marçal não é nova, há tempos vem sendo ensinada por gurus da extrema-direita, observa a cientista política Vera Chaia, professora da PUC de São Paulo. "Basta lembrarmos que um dos princípios do Olavo de Carvalho era justamente não respeitar os adversários, não admitir regras. É isso que o Marçal está fazendo", diz. Um antigo vídeo do ideólogo bolsonarista, que voltou a circular na internet há poucos dias, expõe com clareza a tática: "Se você faz questão de apresentar a sua tese exclusivamente dentro das vias normais e admitidas, você está provando lealdade ao sistema, e não a veracidade da sua tese".

Ao inviabilizar os debates, Marçal corrói a própria democracia, avalia o sociólo-

Guru. Olavo de Carvalho ensinava a não respeitar os adversários em um debate

go e jornalista Laurindo Leal Filho, professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da USP. "Não se trata de um programa como outro qualquer, ele faz parte do processo de esclarecimento da população, precisa ser regulamentado de forma mais refinada." O especialista defende uma "reformulação total" do modelo usado no Brasil, "com regras rígidas, como a Justiça Eleitoral estabelece ao horário de propaganda gratuita". Nos EUA, observa, os debates são realizados apenas por emissoras públicas, de forma a evitar a briga de audiência.

Até mesmo a linguagem corporal nos debates precisa ser objeto de algum tipo de regulação, avalia Leal. "O comportamento do Marçal ultrapassa o que se espera do convívio democrático. É preciso ter padrões. Não se pode permitir algo anárquico, ainda mais na tevê aberta." As emissoras operam sob concessões públicas, mas parecem estar mais preocupadas em atrair público com esse show de horrores, critica o especialista. O espetáculo protagonizado por Marçal no domingo 1º rendeu à TV Gazeta a maior audiência para o horário desde 2018, com 2,5 pontos aferidos pela Kantar. No dia seguinte, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, o candidato bateu recorde de audiência no canal da emissora no Youtube, com pico de 2 milhões de espectadores simultâneos.

Uma das autoras da pesquisa "Bolsonarismo sem Bolsonaro", publicada em junho pela Fundação Friedrich Ebert, a cientista política Thaís Pavez identifica Marçal como um expoente desse movimento, mas com elementos próprios. "A novidade é que ele é um nativo digital, um *influencer*, o que reforça o fato de vir de fora do sistema político e, portanto, poder fazer e dizer coisas de um modo diferente."

O show de horrores eleva a audiência das emissoras que transmitem os debates eleitorais

Em toda a América Latina, esses influenciadores estão assumindo protagonismo no debate público e, de certa forma, participam da formação política dos jovens, mesmo que tenham feito fama falando de outros temas, como moda, cultura ou empreendedorismo. Na Argentina, para citar um exemplo, a *cosplayer* Lilia Lemoine conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados na aba do ultradireitista Javier Milei, de quem foi conselheira de imagem. Marçal faz parte, portanto, de um fenômeno mais amplo, que ganhou força sobretudo durante a pandemia, quando as redes sociais eram, para muitos jovens, a única forma de sociabilização, observa Pavez. "Repare: ele trabalha com as angústias das pessoas endividadas, com desse discurso de '*coach* da prosperidade'. Da mesma forma, apresenta um futuro sem emprego, onde todos estão ameaçados pela tecnologia. Consegue lidar com os espectros que assombram o século 21. Por isso, tem tanto apelo."

Já a coordenadora do Observatório da Extrema Direita, Isabela Kalil, alerta que, quando a normalidade é alterada e a sociedade passa a aceitar o que até então não era aceito, não há retorno. "Antes do Marçal, vimos o Bolsonaro agir como bem entendia, e nada aconteceu. Não tem como voltar ao cenário anterior, porque a sociedade passou a ter novos parâmetros de normalidade, por mais absurdas e desrespeitosas que possam parecer."

O maior risco, acrescenta Leal, é que ninguém sabe exatamente quais são os planos de Marçal. "Nós sabíamos onde o gabinete do ódio de Bolsonaro pretendia chegar. O objetivo era alcançar o totalitarismo clássico, o golpe cívico-militar." Com suas eficazes gincanas na internet, o *coach* ganha terreno, mas seu projeto de poder segue desconhecido. "Ele está corroendo a democracia sem apontar qualquer temor de que ela está sendo esgarçada. É muito mais grave, porque não sabemos se tem volta." •

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*

Marçal e a Justiça Eleitoral

▶ O *coach* desafia o modelo de governança, que deposita todas as suas fichas na autoridade judicial

Com Pablo Marçal, o *coach*-candidato na disputa pela prefeitura de São Paulo, adentramos definitivamente na era das campanhas eleitorais digitais. No Brasil, a migração para o ambiente virtual é uma realidade desde 2010 e, como bem lembrou Arthur Itaissu, não é novidade que figuras com grande exposição midiática busquem converter capital social em capital político. Nos Estados Unidos, Ronald Reagan transitou de Hollywood para a Casa Branca, e Barack Obama se tornou um ícone em termos de mobilização eleitoral nas redes sociais. No Brasil, Silvio Santos tentou a presidência, enquanto Jair Bolsonaro implementou a estratégia de comunicação política digital mais bem-sucedida até então. Com Marçal alcançamos um novo patamar no desenvolvimento tecnológico da comunicação política, com implicações para a competição eleitoral e para a própria democracia.

A transição do sistema de mídia de *broadcasting* para as mídias sociais altera o perfil dos candidatos e a dinâmica da competição eleitoral. Figuras como Reagan e Silvio Santos tendem a se multiplicar e diversificar na arena política à medida que o sucesso eleitoral depende menos das estruturas tradicionais de mídia com que contavam as "celebridades" de sua época. O sistema atual demanda, ao contrário, somente alguns recursos à disposição de milhares de *influencers*, habilitados para emergir na cena política pela conversão de *likes* em votos. O fenômeno Marçal revela de forma trágica as dificuldades do atual modelo de governança eleitoral em lidar com a dinâmica das campanhas digitais. O sistema de mídia tradicional, voltado para um público de massa, favorecia a moderação, pois mensagens radicalizadas tendem a provocar reações negativas de uma parcela. Já as mídias sociais estimulam discursos extremistas, direcionados a nichos específicos e fidelizados, seguindo a lógica da economia da atenção, para a qual a moderação é ineficaz. O discurso moderado e bem fundamentado perdeu valor nas mídias digitais, nas quais a intensa competição por atenção favorece o radicalismo e o sensacionalismo.

No caso de Marçal, chegaram à Justiça Eleitoral questionamentos acerca da legalidade de sua candidatura e outros que apontam ilegalidades de campanha. De concreto, até o momento, decisão da Justiça Eleitoral de São Paulo determinou o bloqueio de seus perfis nas redes sociais. Marçal recorreu, alegando que a decisão é infundada e não passa de um ato de "censura", uma "arbitrariedade" que se soma a tantas outras que constituiriam uma estratégia de "perseguição". Convocando seus seguidores a se manifestar contra a decisão judicial, utilizou-se do episódio para reforçar o discurso antissistema, apresentando-se como vítima, alvo dos poderosos, cujos interesses estaria desafiando.

A reação de Marçal é a melhor expressão do populismo digital, beneficiado pelo desenvolvimento tecnológico da comunicação política à medida que o ambiente digital favorece a sua radicalização. O ataque às instituições, a desqualificação das regras do jogo, o escárnio da autoridade judicial, é tudo parte da "gramática" da comunicação política radicalizada que encontra no ambiente virtual terreno fértil. Em uma campanha, a Justiça Eleitoral torna-se alvo preferencial de candidatos com perfil populista autoritário. Paradoxalmente, dela depende a manutenção da integridade eleitoral que faz com que candidatos e eleitores continuem a acreditar nas eleições. Nesse sentido, o fenômeno Marçal desafia o modelo de governança eleitoral brasileiro, que deposita todas as suas fichas na autoridade judicial. Para funcionar, o modelo pressupõe uma Justiça Eleitoral independente, do que decorreria a percepção pública da imparcialidade de juízes e tribunais e, consequentemente, da legitimidade de suas decisões.

Em um país dividido, ampliam-se, contudo, os desafios do Poder Judiciário para atrair confiança pública. No contexto eleitoral, a assertividade da Justiça Eleitoral pode municiar estratégias de politização, como no caso Marçal. A eventual suspensão de sua candidatura à prefeitura de São Paulo poderia, paradoxalmente, consolidá-lo na corrida presidencial de 2026. Por outro lado, a parcimônia da Justiça Eleitoral pode comprometer a integridade eleitoral. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Novo cenário

2024 Mesmo com o fim da Lava Jato e Bolsonaro fora do poder, a direita chega forte nas disputas no Sudeste, mas a esquerda ainda pode crescer

POR ELIARA SANTANA E LEONARDO AVRITZER*

As eleições municipais de 2024 serão fundamentais para o futuro da direita no Brasil. Esse grupo vem surfando desde o pleito de 2016, a partir de diferentes fenômenos pelos quais o País passou. A direita foi, por exemplo, a principal beneficiária das ações da Lava Jato. Até mesmo partidos envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras experimentaram enorme crescimento oito anos atrás, como foi o caso do PP, sigla atingida pelas investigações, mas que não esteve sob os holofotes de condenação da cobertura midiática. A direita também surfou na onda do bolsonarismo e, mesmo com a pandemia a pleno vapor, beneficou-se com Jair Bolsonaro no poder. Nesse sentido, tem muito a ganhar ou perder nestas eleições.

O grande fenômeno dos anos 1990 e 2000 foi a vitória do PT e das administrações da esquerda nas grandes cidades, em especial São Paulo, que foi governada por prefeitos petistas três vezes nesse período, e Belo Horizonte, que chegou a ter 16 anos consecutivos de administrações de esquerda. Partidos do campo progressista também triunfaram fora do Sudeste, em municípios como Porto Alegre e Fortaleza.

Houve, porém, mudanças estruturais na maneira como o eleitorado se relaciona com a esquerda e com a direita. No caso de São Paulo, tomando a rodada de pesquisas da Quaest divulgada em 28 de agosto, Guilherme Boulos, do PSOL, perderia de todos os adversários no segundo turno, menos de Pablo Marçal, do PRTB. Já em Belo Horizonte, a direita, somando-se as intenções de voto de todos os candidatos desse grupo, alcança 60% do eleitorado. A pergunta central é: o que ocorreu com as forças de esquerda nas grandes capitais brasileiras da região Sudeste?

Para esse questionamento, temos três respostas diferentes. Primeiramente, de um lado, temos São Paulo, a cidade que mais fortemente oscila entre esquerda e direita no Brasil. A capital paulista foi a primeira a ser conquistada pelas forças de esquerda logo após a democratização, com Luiza Erundina, do PT. O partido voltou ao comando da prefeitura com Marta Suplicy (2001-2004) e com Fernando Haddad (2013-2016). A crise política nacional fez seu projeto de reeleição ruir, e Haddad foi derrotado, ainda no primeiro turno, pelo tucano João Doria. Apesar disso, importante lembrar que Lula venceu em 2022 tanto na cidade de São Paulo quanto na região metropolitana.

> O PT e outras siglas do campo progressista lançaram um número de candidatos 24% maior que o de 2020

Em segundo lugar, temos Belo Horizonte, uma cidade na qual o eleitorado oscila menos, mas que passou por uma virada estrutural. De 1993 a 2009, Belo Horizonte foi governada por quatro prefeitos de partidos de esquerda: Patrus Ananias, Célio de Castro e Fernando Pimentel. Nas bases de uma aliança entre o PT e o PSB, esgotou-se um período de administrações de progressistas na cidade, ainda que essas experiências tenham deixado uma forte marca na estrutura social e nas políticas públicas da cidade. Apesar das conquistas, Belo Horizonte movimentou-se à direita.

Em terceiro lugar, temos o Rio de Janeiro, cidade que jamais foi governada pela esquerda, mas que tem um prefeito que seria o mais centrista dos três e que concorre, agora, em aliança com o PT. Por último, temos Porto Alegre, fora do Sudeste, mas que se tornou um ícone das administrações petistas. A capital gaúcha foi governada por algumas das principais lideranças do partido, como Olívio Dutra, Raul Pont e Tarso Genro, mas seu eleitorado também pendeu à direita nos últimos anos. Ainda assim, vale lembrar que Lula foi vitorioso em Porto Alegre em 2022.

Apesar de a conjuntura apontar na direção de uma manutenção da hegemonia da direita nas eleições municipais, é relevante salientar que, ao lançarem um número de candidatos 24% superior ao lançado em 2020, o PT e a esquerda também poderão ter algum crescimento quantitativo.

Do ponto de vista dos movimentos midiáticos, partimos da lembrança da Lava Jato, que completa 10 anos neste ano de

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Rio de Janeiro. Centrista, mas apoiado pelo PT de Lula, Paes tem chances de se reeleger no primeiro turno das eleições

2024, para pensar os impactos eleitorais a partir dos arranjos e rearranjos das mídias. As ações da operação, intensificadas a partir de 2015 com grande suporte da mídia tradicional, impactaram fortemente os arranjos democráticos e as eleições no País. Daquele momento em diante, o que se viu foi um fortalecimento da direita e da extrema-direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, já no cenário de protagonismo do ambiente digital.

Desde então, o ecossistema de desinformação se consolidou fortemente no Brasil, e chegamos, agora, ao fenômeno de Pablo Marçal, que mobiliza e atualiza os discursos que foram disseminados lá naquele momento – meritocracia, empreendedorismo, salvação da Pátria fora da política –, bem como mobiliza e potencializa aspectos que são constitutivos da relação sociedade e política no Brasil, como o ressentimento.

Mais recentemente, a tragédia socioambiental em Porto Alegre também jogou ondas gigantescas, que sacudiram as bases do discurso antipolítica e antiestatal. Houve uma mobilização intensa da extrema-direita no sentido de disseminar a ideia de que havia ali uma ação de cidadãos sem o Estado, que somente atrapalhava, mas isso não se sustentou, sobretudo a partir do grande protagonismo do governo Lula, que prontamente se deslocou para Porto Alegre e viabilizou uma série de medidas e de apoio à população, jogando no ostracismo o governador Eduardo Leite.

Nessa movimentação, dois pontos são importantes serem observados. Primeiro, mesmo a contragosto, a mídia tradicional mostrou que havia uma ação efetiva do Estado, inclusive denunciando as *fake news* propagadas naquele momento. Segundo, as redes de desinformação, por mais rápidas que tenham sido na disseminação de mentiras, não conseguiram sustentar o discurso diante do tamanho da tragédia. •

** Eliara Santana é jornalista, doutora em Estudos Linguísticos e pesquisadora do Observatório das Eleições. Leonardo Avritzer é professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenador do Observatório das Eleições.*

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver: https://observatoriodaseleicoes.com.br.

Voz indomável

ENTREVISTA Ameaçado de cassação, o deputuado Glauber Braga recusa-se a ceder aos desmandos de Arthur Lira para preservar o seu mandato

A RENÉ RUSCHEL

Acusado de quebra do decoro parlamentar por expulsar da Câmara dos Deputados um provocador do MBL a pontapés, Glauber Braga considera remotas as chances de não ser cassado pelos seus colegas, e não pelo motivo alegado no processo. "Estão usando esta situação como pretexto. Um sujeito nos agride, nos coage por cinco vezes e, quando a gente reage, vira motivo para cassação. A deputada bolsonarista Carla Zambelli correu atrás de um rapaz com uma arma nas mãos à luz do dia e não foi cassada nem teve seu mandato ameaçado", observa. "Trata-se de um pretexto que o Lira utiliza para calar quem reage aos seus desmandos."

De fato, o parlamentar do PSOL fluminense é um dos mais contundentes críticos do sequestro de recursos públicos pelo orçamento secreto, manietado pelo presidente da Câmara e seus comparsas. Na quarta-feira 28, durante uma tensa audiência do Conselho de Ética da Casa, disse haver uma "armação" para silenciá-lo e repetidas vezes chamou Arthur Lira de "bandido". Nesta entrevista a *CartaCapital*, ele afirma que lutará até a última trincheira para evitar a cassação, mas sem retroceder na sua combativa atuação parlamentar. "Eu ainda acredito na manutenção do meu mandado, mesmo sendo hoje uma hipótese minoritária, porque acredito na mobilização do povo contra o arbítrio e contra as manobras de Lira."

CartaCapital: Recentemente, o senhor disse que tem 99% de chance de ser cassado, pois Arthur Lira atua nos bastidores para isso. Por que o presidente da Câmara se incomoda tanto com sua atuação parlamentar?

Glauber Braga: Lira não aceita o fato de eu ter denunciado publicamente o sequestro do orçamento público. Ele maneja bilhões de reais e isso é um absurdo tão grande que não podemos aceitar como fosse algo razoável. Não é. Ele age como um bandido em articulação com seu grupo fazendo com que as pessoas não tenham o básico, porque está tudo nas mãos dele e dos que são mais próximos a ele. Posso dar um exemplo. Conversei recentemente com o coordenador de um centro de pesquisas sobre o Alzheimer na UFRJ, no Rio de Janeiro. Os institutos mais avançados são este, do Rio, e outro no Rio Grande do Sul. Perguntei qual o custo anual para manutenção de suas atividades, ele me disse que era 1 milhão de reais. No último escândalo relacionado ao Lira, só em uma ligação, ele coagiu um presidente de Comissão a desviar 320 milhões para Alagoas. Essa quantia seria suficiente para manter esse centro de pesquisas por mais de 300 anos. Nós podemos naturalizar isso? Evidentemente que não.

> "Não vou recuar e não farei acordos. Se imaginaram que isso poderia me calar, estão enganados"

CC: Após o ministro Flávio Dino suspender as emendas impositivas devido à falta de transparência, líderes dos Três Poderes chegaram a um acordo para estabelecer novos critérios. O senhor acredita que essa iniciativa irá, de fato, moralizar as emendas?

GB: Lira não vai aceitar transparência nem participação do povo na definição de como os recursos públicos devem ser aplicados. Ele concentra esses recursos para manutenção de seu projeto de poder. Não tenho dúvida de que, se vier à tona tudo o que já fizeram com essas emendas, veremos escândalos e mais escândalos de corrupção e subtração do orçamento público.

CC: A justificativa apresentada para a sua cassação é a alegada agressão a um militante do MBL que veio provocá-lo.

GB: O MBL é uma quadrilinha que está a serviço de quem os financia. O que está colocando em risco nosso mandato não foi minha reação ao militante do MBL, mas a atuação direta do Lira. Estão usando esta situação como pretexto. Um sujeito nos agride, nos coage por cinco vezes e quando a gente reage vira motivo para cassação. A deputada bolsonarista Carla Zambelli correu atrás de um rapaz com uma arma nas mãos à luz do dia e não foi cassada nem teve seu mandato ameaçado. Trata-se de um pretexto que o Lira utiliza para calar quem reage aos seus desmandos.

CC: Os progressistas estão em mino-

"A minha esperança é a rua, a mobilização popular", afirma o parlamentar do PSOL

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

ria na Câmara. O senhor acredita que a base governista, mais ampla, com integrantes também do Centrão, irá se mobilizar para preservar seu mandato?

GB: A minha esperança é a rua, a mobilização popular. Eu não me represento a mim mesmo, represento os milhares de eleitores que votaram em mim. Represento também os que não votaram em mim, mas têm meu mandato como referência de luta. Eu ainda acredito na manutenção do meu mandato, mesmo sendo hoje uma hipótese minoritária, porque acredito na mobilização do povo contra o arbítrio e contra as manobras de Arthur Lira.

CC: Caso o senhor realmente perca o mandato, pretende recorrer à Justiça. Acredita que o STF comprará briga para restituir seu mandato?

GB: Vou utilizar de todos os instrumentos a minha disposição para lutar pelo mandato, mas não darei um passo atrás. Não vou recuar e não farei acordos. Se eles imaginaram que isso poderia me calar, estão enganados. Vou continuar mantendo firmes as denúncias e aquilo que representa, repito, esse sequestro de bilhões do orçamento público.

CC: Lira tem um poder, um controle sobre a Casa como nunca se viu antes. A que o senhor atribui esse fenômeno?

GB: A maioria dos presidentes da Câmara foi autoritária. A diferença é que Lira tem o que os presidentes anteriores não tiveram que é o controle sobre bilhões de reais para manter seus aliados sob sua influência. Esse tipo de controle, esse saque de recursos como o Lira faz é inédito.

CC: Como desmontar essa engrenagem?

GB: Será preciso mobilização popular. O povo precisa saber o que está acontecendo. Nós temos que enfrentar a situação para derrotar esta manobra de poder, e isso não se consegue apenas com articulações institucionais, mas com o povo. Uma pesquisa recente mostrou que mais de 80% dos brasileiros têm uma imagem negativa do Lira. Trata-se da figura mais impopular de toda a República. Como um sujeito como esse não vai ser enfrentado para continuar com esse projeto de poder?

CC: No Brasil, os movimentos de extrema-direita têm crescido de forma acelerada e isso se reflete no Congresso. Como conter esse avanço? Onde a esquerda tem falhado?

GB: A esquerda tem que ir para o enfrentamento. Precisa dialogar com o povo sobre suas reais necessidades. Falar de comida na mesa, transporte público, saúde, educação de qualidade, além de demonstrar que essa extrema-direita e os liberais de plantão querem desmontar o Estado brasileiro nas suas garantias sociais, naquilo que é público. A gente ganha este debate, mas não podemos dar moleza. É preciso manter nossas bandeiras levantadas e partir com força para cima dessa turma. O que a França Insubmissa fez recentemente na disputa com a extrema-direita deve servir como exemplo no Brasil. Eu uso como orientação de vida uma frase do Marighella: "Não tenho tempo para ter medo". •

Demanda urgente

EDUCAÇÃO Entidades cobram celeridade do governo Lula na elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

POR FABÍOLA MENDONÇA

Há mais de um ano, Janiele da Silva busca uma vaga na creche para a pequena Emanuele, de 2 anos. Até agora não conseguiu. Restou à moradora de Osasco, na região metropolitana de São Paulo, a alternativa de pagar uma escolinha particular para deixar a filha enquanto trabalha. Para isso, precisa desembolsar todo mês 700 reais, referente a um turno na escola, quantia que faz falta no orçamento familiar. "Dois meses atrás, fui lá novamente e pediram para continuar aguardando. Tive que pagar, mesmo sem poder. Se não for assim, não posso trabalhar, porque não tem ninguém para cuidar da minha filha", lamenta Silva, que trabalha como babá. A realidade de Emanuele é a mesma de mais de 630 mil crianças que estão na fila de espera de creches públicas e de outras 78 mil que estão fora da pré-escola, metade delas por falta de vaga. Os dados constam no *Levantamento Nacional: Retrato da Educação Infantil no Brasil*, divulgado no fim de agosto.

O documento mostra que o Estado brasileiro viola a Constituição Federal de 1988, a destacar a educação na primeira infância como prioridade absoluta. "É dever do Estado priorizar a locação dos recursos e políticas públicas para alcançar esses sujeitos de direito. Além da Constituição, tem o Marco Legal da Primeira Infância, uma lei de 2016 que também aponta a educação infantil como um dos pilares para redução das desigualdades", lembra Alessandra Gotti, coordenadora do Gaepe–Brasil, governança coordenada pelo Instituto Articule, entidade responsável pelo levantamento, realizado em parceria com o Ministério da Educação. Gotti ressalta a gravidade da falta de vagas nas creches e nas unidades da pré-escola e defende que, das crianças que estão na fila de espera, sejam priorizadas as que estão em situação de maior vulnerabilidade. "É preciso fazer uma reflexão nacional sobre a importância de priorizar quem mais precisa e criar condições para que os municípios possam expandir a rede de atendimento."

Dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, 44% têm fila de espera para uma vaga em creche e as regiões mais afetadas são Norte e Nordeste, historicamente mais pobres. Na faixa etária da pré-escola, o porcentual de cidades com crianças que não estão matriculadas é de 8%, sendo o maior déficit no Nordeste. "A gente precisa avançar o diagnóstico e entender o contexto de cada região, etapas necessárias para um planejamento e expansão das redes. Os municípios necessitam do apoio dos governos estaduais e federal para se ter um consenso nacional sobre a importância de priorizar nossas crianças", dispara Gotti. No final de junho, o presidente Lula acatou a recomendação do Grupo de Trabalho Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, coordenado por Priscila Cruz, do Todos

Relatório aponta falta de vagas em creches para 630 mil crianças e na pré-escola para outras 78 mil

MARCELO SEABRA/AGÊNCIA PARÁ

Déficit. Quatro em cada dez cidades não conseguem suprir a carência

pela Educação, e assinou um decreto que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. A partir do ato, o governo federal tem 120 dias para instalar o grupo de trabalho que vai encaminhar a demanda, mas, até agora, não houve avanço algum.

"A gente fez um estudo para olhar as políticas de todos os ministérios que, de alguma forma, tocam a primeira infância. São mais de 40 ações com intensidades diversas, tanto para as crianças quanto para as famílias. O salto que a gente precisaria dar, agora, é a integração dessas políticas para fazer com que elas cheguem, de fato, para cada uma das crianças brasileiras, especialmente naquelas que mais precisam. Essa integração é a chave porque se não tiver uma articulação essas políticas vão ficando no caminho", ressalta Cruz. "O Brasil tem um governo progressista que olha para as questões sociais e a primeira infância é o berço da desigualdade. Temos uma legislação avançada, não faltam políticas públicas para essa parcela da população. Então, se a gente une esses elementos, o Brasil pode tornar-se uma referência para o mundo. É uma questão de maturidade civilizatória. Da mesma forma que o Bolsa Família virou uma referência global em distribuição de renda, a próxima geração de política de combate à desigualdade deveria ser investimento na primeira infância. Essa será a justiça social mais duradoura, vai perdurar por gerações."

Beatriz Abuchaim, gerente de políticas públicas da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, entidade que também participou do levantamento sobre as filas de espera em creches e pré-escolas, destaca o abismo social entre a criança que tem acesso a direitos ainda na primeira infância e as que não têm. "Uma educação infantil de qualidade tem o poder de promover um desenvolvimento integral e saudável da criança e a vaga na creche faz muita diferença na vida das famílias, possibilitando que a mulher estude e trabalhe, sabendo que o seu bebê está sendo cuidado, tem uma alimentação apropriada e está recebendo estímulos adequados para o desenvolvimento. Se a mãe que está numa situação de vulnerabilidade, não tem com quem deixar o filho pequeno, isso reforça ainda mais o lugar de exclusão social dessa família", observa, acrescentando que cerca de 6% das crianças brasileiras também está fora da pré-escola. "São, em sua maioria, crianças pobres, cujas mães são mais jovens, têm menor escolaridade, estão desempregadas..."

Embora não seja de frequência obrigatória, a creche é um direito e o Poder Público tem a responsabilidade de ofertar vaga a todas as famílias que procurarem o serviço, conforme estabelecido pela Constituição Federal e decidido pelo Supremo Tribunal Federal em 2022. No caso da pré-escola, a frequência é obrigatória para crianças de 4 e 5 anos ou que tenham 6 anos completados após 31 de março. Nesse caso, o Poder Público é responsável por garantir o serviço e os pais são obrigados a matricular os filhos. •

Freio aos justiceiros

ENTREVISTA De saída do CNJ, Luis Felipe Salomão critica conluio lavajatista e defende quarentena de oito anos para juízes que desejam entrar na política

A WENDAL CARMO E THAIS REIS OLIVEIRA

Nos dois anos em que esteve à frente da Corregedoria Nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão não se esquivou da responsabilidade de passar a limpo os malfeitos da finada Operação Lava Jato. A correição realizada na 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela condução do processo na primeira instância, e na Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o segundo grau de jurisdição, resultou na abertura de processos disciplinares contra a juíza Gabriela Hardt, sucessora de Sergio Moro na 13ª Vara, e contra os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Loraci Flores de Lima. "Encontramos uma situação caótica", resume o ministro, que hoje defende uma quarentena de oito anos para juízes e promotores que queiram entrar na política, como forma de evitar o uso da toga como trampolim. Confira, a seguir, os principais trechos da conversa. A íntegra, em vídeo, está disponível no canal de *CartaCapital* no Youtube.

Balanço da atuação

Sou um juiz de carreira, comecei aos 25 anos, mas esses últimos dois anos na Corregedoria foram de um aprendizado muito mais intenso do que todo esse período que passei na magistratura. Visitei os 27 estados, cerca de 90 tribunais e corregedorias espalhados pelo Brasil inteiro. Pude ter uma radiografia completa do Poder Judiciário. Em um universo de 18 mil juízes, a grande maioria trabalha com dedicação, não quer conviver com quem sai do trilho nem usa a toga para efeito ilícito. Há uma vontade muito grande de acertar. Mas, com uma corporação desse tamanho, é evidente que há deslizes, e o Conselho Nacional de Justiça precisa atuar com rigor nesses casos. Além disso, desenvolvemos programas com alto alcance social, a exemplo do Registre-se, que emite certidões de nascimento à população em situação de rua. Deu tão certo que, neste ano, estendemos o programa para a população carcerária e indígena. Entregamos quase 100 mil certidões. Quando você entrega títulos de propriedade de terras para assentados que estão esperando por isso há dez, 20 anos, você leva junto educação, segurança, posto de saúde para a comunidade. Fui a várias dessas entregas e via que os olhos das pessoas brilhavam. Isso é muito gratificante.

Abusos da Lava Jato

Quando assumi a Corregedoria, herdei talvez umas 30 representações envolvendo todos os tipos de questionamentos à atuação da 13ª Vara Federal de Curitiba e da Oitava Turma do TRF-4. Em vez de analisar burocraticamente uma a uma, resolvi passar a limpo todo esse processo. Requisitei apoio de peritos da Polícia Federal, alguns deles hoje na Interpol, gente muito gabaritada, atuei com o chefe da

Lição. "Juiz não é vingador, que vai exercer o chicote dele com posições midiáticas"

SÉRGIO LIMA/STJ E VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Dever legal. "Somos preparados e formados para atuar com independência e isenção"

> "Essa restrição seria muito benéfica para evitar o uso da toga como trampolim político"

segurança do próprio CNJ, selecionei juízes com expertise na área e fomos para lá. Na correição, encontramos uma situação caótica. Identificamos destinações de recursos feitas sem nenhum critério, mais de 4 bilhões de reais que, em uma espécie de operação *cashback*, ia e voltava para abastecer uma fundação de natureza privada. Vimos cooperação internacional sendo feita de forma direta pelos juízes e promotores de Curitiba, sem comunicar os canais oficiais. Havia utilização de bens apreendidos de maneira absolutamente irregular e ilegal. Tudo isso está no relatório aprovado pelo plenário do CNJ. Propusemos a abertura dos procedimentos disciplinares e também encaminhamos o relatório à Procuradoria-Geral da República. Foi um trabalho técnico, totalmente isento, como deve ser o trabalho de um juiz, sem envolvimento político e passional. Tudo isso desagrada interesses, contraria posicionamentos, então tivemos que enfrentar isso com coragem e determinação. A maioria dos conselheiros entendeu que havia elementos fortes para investigar as irregularidades. Agora, com o contraditório, o plenário vai decidir se aplica ou não sanção administrativa. No âmbito criminal, vai decidir se teve ou não teve crime. Até aqui, a resistência a essa atuação se deu muito mais no plano ideológico que jurídico.

Quarentena para juízes

O magistrado não pode transviar-se pelo preconceito. Não é vingador, que vai exercer o chicote dele com posições midiáticas. O que surge desses excessos contamina to-

dos nós. É absolutamente impensável para o juiz que desempenha seu papel de maneira imparcial que ele pendure sua toga em um dia e, no outro, entre para um partido político ou desenvolva atividade político-partidária. Ou ainda que vá atuar em um governo, beneficiado pela sua atuação. Isso tem que acabar. Nós temos que ter uma quarentena para juízes, promotores e delegados. Quando terminar a função, independente do motivo, acho que deveria permanecer ao menos oito anos impedido de exercer uma função política. Essa restrição seria muito benéfica para evitar a utilização da toga como trampolim político. Somos preparados e formados para atuar com independência e isenção. Não podemos nos comprometer com uma tese ou com um lado. Trabalhamos com fatos e provas, e recebemos do Estado essas garantias todas para sermos aquele ator que, quanto menos aparece, mais tem eficiência em seu trabalho. Nós arbitramos a partida, dizemos quem tem ou não razão. Não podemos utilizar essa condição para nos beneficiar com cargo político.

Moraes, Musk e os ataques ao STF

Esse protagonismo do Supremo não é novo nem exclusivo do Brasil. Hoje, temos um questionamento sobre os limites do Poder Judiciário em todo o mundo. De certa maneira, alguns sociólogos, cientistas políticos e juristas já previam isso, porque acreditavam que este seria um século de questionamento do Judiciário. Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma revisão dos sistemas de justiça no mundo todo, por causa da falência do modelo que resultou naquela barbárie, com milhões de mortos. Essa grande revisão continua a ser feita, agora com a emergência do fenômeno dos extremismos, de um lado, e das rápidas transformações tecnológicas, de outro. No caso do ministro Alexandre de Moraes, cujo trabalho acompanhei de perto, porque estava no Tribunal Superior Eleitoral, não fosse a coragem e o trabalho dele, tenho certeza de que o processo democrático não aconteceria da forma como ocorreu. O TSE precisou agir para garantir a eleição, desmonetizando canais e perfis nas redes sociais que espalharam notícias falsas sobre o processo eleitoral. Criamos uma jurisprudência para prevenir disparos em massa. Cassamos um deputado que fez uma *live* contra as urnas eletrônicas no dia da eleição. Todo esse trabalho prévio de organização e combate aos abusos no digital, isso tudo não vem de agora. O capítulo Elon Musk é mais um deles. Por isso, acho que vai se chegar a um ponto de equilíbrio no futuro próximo. Haverá uma acomodação e a população vai perceber o papel de cada um dentro dessa atuação democrática do Judiciário no Brasil.

> “Não fosse a coragem de Moraes, tenho certeza de que o processo democrático não aconteceria da forma como ocorreu”

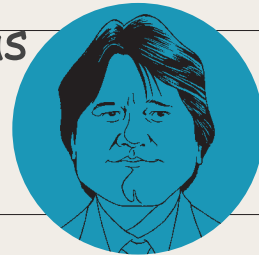
Futuro no STJ

O Superior Tribunal de Justiça é a Corte da cidadania, é onde está o direito infraconstitucional, a reger o dia a dia das pessoas. Com a experiência herdada da Corregedoria do CNJ, e agora podendo atuar no órgão corregedor do Conselho da Justiça Federal, vou poder trazer um pouco dessa bagagem e fazer com que o tribunal possa cumprir a sua missão: servir como um farol, firmar jurisprudência que seja utilizada pelos tribunais, de maneira que a justiça seja prestada mais rapidamente. O grande problema do Judiciário, hoje, é a questão da demora na resolução dos conflitos. O STJ pode empreender algumas soluções muito relevantes, como a utilização da Inteligência Artificial para acelerar o julgamento de *habeas corpus* e também da área criminal, que hoje tem um grande número de liminares. Ele foi criado pela Constituição de 1988 para desafogar o STF, assoberbado com uma grande quantidade de processos. Hoje, ambos os tribunais continuam sobrecarregados, com uma avalanche de processos para dar conta. Temos esse desafio e pretendo contribuir para solucioná-lo. •

CLAUBER CLÉBER CAETANO/AGÊNCIA BRASIL

2022. “O TSE precisou agir para garantir a eleição e conter avalanche de notícias falsas”

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

O município na Constituição

▶ A Carta Magna de 1988 reabilitou a autonomia municipal perdida nas décadas anteriores

Em algumas semanas, serão realizadas, em exatamente 5.565 cidades brasileiras, as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Dada a grande relevância assumida pelos municípios no nosso pacto federativo, bem como do elevado protagonismo assumido por referidas autoridades municipais na prestação de serviços públicos, no presente artigo trataremos da posição jurídica assumida por esses entes federativos na nossa Constituição.

A primeira questão que se coloca é que a organização político-administrativa do Brasil, intitulada pela Constituição como "república federativa", compreende a união indissolúvel entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos eles qualificados como autônomos. Em vista da citada premissa normativa, a segunda questão é que a garantia da autonomia constitucional foi assegurada por meio de um complexo sistema de repartição de competências baseado, em linhas gerais, na enumeração das funções da União e dos municípios, cabendo aos estados um campo remanescente.

Mais especificamente, o modelo constitucional de repartição de atribuições entre os entes federados brasileiros foi delineado tendo em vista o princípio da predominância do interesse, segundo o qual cabem à União as matérias de predominante interesse nacional, aos estados as matérias de predominante interesse regional e que não estejam elencadas dentre as competências da União ou dos municípios. Por fim, aos municípios competem os assuntos de interesse predominantemente local.

Para fins de sistematização, nossos manuais costumam consignar que a autonomia municipal se estrutura nas capacidades de auto-organização, de autogoverno, de autolegislação e de autoadministração. Nas referidas capacidades encontram-se caracterizadas a autonomia política (auto-organização e autogoverno), a autonomia normativa (competência para elaboração de leis municipais sobre matérias que são reservadas à sua competência exclusiva e suplementar), a autonomia administrativa (administração própria e organização dos serviços de interesse local) e, por fim, a autonomia financeira (tributos próprios e aplicação de suas rendas).

A Constituição de 1988 trouxe importantes modificações na estrutura de divisão de funções públicas, recuperando a autonomia dos municípios que havia sido perdida nas décadas anteriores. Não por acaso, nossa Constituição alçou, no mais recente pacto constitucional, os municípios à categoria de ente federado ao referir-se a eles já no seu artigo 1º, quando previu que a república federativa brasileira é formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal.

Tamanha a relevância atribuída aos municípios pela Constituição é que, no nosso entendimento consignado, em especial, na obra *Regiões Metropolitanas e Seu Regime Constitucional*, discordamos da formulação interpretativa que postula pela possibilidade do estado-membro, no âmbito das regiões metropolitanas, bem como por conta do fenômeno da conurbação e da necessidade da prestação de serviços comuns, poder, por meio da instituição de uma região metropolitana, restringir ou interditar o âmbito de competências inerentes à autonomia municipal.

Com efeito, não há qualquer sentido jurídico, a nosso ver, em se afirmar que a Constituição autorizou o estado-membro a determinar os limites da autonomia dos municípios integrantes da região metropolitana por suas próprias normas. Por estas razões, no interior da região metropolitana, o estado-membro não pode avocar ou ingerir-se no âmbito da competência municipal por conta de suposto interesse regional, bem como sob o fundamento de que, por conta do fenômeno urbanístico da conurbação, o conceito normativo de autonomia municipal sofreria alteração em razão da necessidade de uma integração regional.

Dentro de um regramento constitucional destacadamente municipalista compete aos municípios prestar, dentre muitos outros, os serviços públicos de saneamento, de iluminação pública, os serviços funerários e aqueles relativos ao transporte coletivo. Referidas atividades são, inquestionavelmente, de elevada essencialidade para a coletividade, razão pela qual é dever da cidadania e um compromisso social irrenunciável a participação plena no processo eleitoral em curso. Nossa Constituição depositou nos prefeitos e nos vereadores o cumprimento de elevada parcela das missões constitucionais, as quais dependem da eleição de mandatários comprometidos com valores irrenunciáveis. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Galípolo e o furacão

POLÍTICA MONETÁRIA O mercado força o aumento dos juros, pois o Brasil teima em crescer

POR CARLOS DRUMMOND

A alta vigorosa do PIB, 1,4% no segundo trimestre, a segunda maior do planeta, é boa notícia, mas aumentou a chance de os juros, hoje em 10,5% ao ano, voltarem a subir na próxima reunião do Copom, no dia 17, ainda que a expansão da economia signifique também elevação da arrecadação e melhora da situação fiscal do governo, alvo de pressão ininterrupta do sistema financeiro. Economistas ouvidos por esta revista consideram inevitável a elevação da taxa básica em ao menos 0,25 ponto, não por causa da situação da economia, mas por motivos políticos, isto é, o cerco total ao governo Lula pela Faria Lima e o fato de a definição dos juros e o Banco Central estarem no olho do furacão, com a indicação de um novo presidente, Gabriel Galípolo, que não é considerado um representante do mercado.

Na terça-feira 3, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ressaltou o fato de o orçamento fechado em junho prever um aumento do PIB em 2,5% e que o resultado do trimestre levou a uma revisão da estimativa para 2,7% a 3%, e qualquer valor acima da projeção original implica uma elevação de receitas fiscais.

Para o economista José Augusto Gaspar Ruas, professor da Facamp, as condições políticas apontam para uma pequena elevação dos juros como o mais provável. A próxima reunião ocorrerá sob gestão compartilhada de Galípolo e Roberto Campos Neto e dada a pressão nas últimas semanas, prossegue Ruas, qualquer diferença, por menor que seja, entre as interpretações do que eles vierem a falar, pode ser muito prejudicial para o futuro presidente do BC. "Acredito que o Galípolo tentará alinhar-se ao máximo a Campos Neto, nesse período, para a transição ser o mais suave possível. Elevar a taxa de juros e mostrar proximidade com o atual presidente talvez seja o mais indicado para o momento. É preciso levar em conta que o último mês foi de muita instabilidade no mercado cambial. Claro que isso não está associado apenas a fatores domésticos, pois o aspecto internacional é o eixo fundamental, mas reduzir essa instabilidade passa a ser decisivo", sublinha o professor da Facamp.

É muito importante para o BC, acrescenta o economista, tentar estabilizar e levar a um ponto um pouco mais baixo a taxa de câmbio, para reduzir a pressão inflacionária. Isso porque a pressão cambial chancela a pressão inflacionária, com repasse dos preços internacionais para o mercado doméstico e, com isso, força a elevação da taxa de juros. Agir agora na taxa de juros provavelmente provocará uma valorização do real, essa valorização impede a inflação de aparecer no fim do ano e garante ao próximo presidente do BC um início de mandato, em 2025, em condições de continuar a trajetória de redução da taxa, partindo do pressuposto de que os EUA também cortarão os juros, se não em setembro, logo adiante.

> **Reduzir a instabilidade do câmbio passa a ser crucial**

Segundo Luiz Fernando de Paula, professor de Economia da UFRJ, o provável aumento dos juros na próxima reunião do Copom "parece precipitado, pois a inflação acumulada está dentro da meta com a banda e não há sinais consistentes de aceleração". O mais razoável, diz, seria deixar estável e esperar um pouco mais o comportamento da inflação. "Acho que o Copom tenderá a ser unânime, pois o novo presidente indicado não vai indispor-se agora", prevê De Paula.

A decisão sobre a taxa de juros é, contudo, muito mais política do que técnica, acentua o economista José Paulo Guedes Pinto, professor da UFABC. Tecnicamente, diz, a inflação está sob controle, as expectativas inflacionárias são moderadas, a situação fiscal apresenta alguma melhora, embora ainda distante do ideal, e o crescimento econômico está aquém do de-

RAPHAEL RIBEIRO/BANCO CENTRAL DO BRASIL

Campo minado. O futuro presidente do BC, em fase de beija-mão no Senado, precisa evitar a acusação de leniência com a inflação

sejado. Além disso, as taxas de juros nos EUA podem baixar em um futuro próximo, possivelmente em resposta a um início de recessão global. "Em teoria, o BC deveria considerar uma redução significativa na taxa. No entanto, devido à influência da base rentista, que se beneficia do financiamento do Tesouro Nacional e tem grande poder político, e à falta de sinais de confronto por parte do governo com esse setor, o mais provável é que as taxas subam."

Para Rafael Ribeiro, professor de Economia do Cedeplar–UFMG, os principais fatores que justificam a decisão provável de aumento dos juros pelo Copom são domésticos: a desancoragem das expectativas de inflação futura e o aquecimento do mercado de trabalho. "As expectativas de inflação futura esperada pelo mercado estão divergindo da meta para os próximos anos e começam a ultrapassar a banda superior. Nesse contexto, elevar a taxa básica de juros agora pode sinalizar ao mercado o compromisso do BC com o combate à inflação futura", sublinha. Além disso, acrescenta, os dados mais recentes da PNAD mostram forte aquecimento do mercado de trabalho, com desemprego em baixa e ganhos salariais. Na avaliação do BC, o produto corrente está acima do produto potencial, uma indicação de expectativas de aumentos salariais e, por consequência, de elevação nos preços. O aumento na Selic controlaria a demanda agregada por meio da redução do crédito e do consumo, diminuindo as pressões inflacionárias. No mercado externo, entretanto, a expectativa é que o Banco Central norte-americano reduza as taxas de juros em resposta à desaceleração da economia. Isso favoreceria o aumento dos fluxos de capitais em direção aos países emergentes, estabilizando o câmbio e, portanto, a inflação no País, prossegue Ribeiro.

O investimento, realizado historicamente no Brasil em um cenário de juros altos, mostra alguns sinais de recuperação neste ano, principalmente aquele induzido pelo consumo e pelo bom desempenho do mercado de trabalho, em relação a 2023, e há também uma tentativa de recuperação do investimento autônomo em infraestrutura. "É provável que esta recuperação de investimentos seja seguida de aumento da taxa de juros, mas creio que essa subida não vai interromper a recuperação dos investimentos", enfatiza o economista Saulo Abouchedid, professor da Facamp. Segundo ele, o papel do BNDES e os investimentos em infraestrutura "acabam influenciando mais do que o movimento da taxa básica".

O yin e o yang

CHINA Focado na revolução tecnológica, o país busca novas formas de equilíbrio entre o centralismo e o livre mercado

POR ANDRÉ BARROCAL, DE PEQUIM*

Hongqi é uma vila rural de 3 mil habitantes no interior da China. Os moradores vivem do cultivo de frutas, como o pomelo, e do turismo. Em julho e agosto, meses de verão, o vilarejo abriga um festival de cerveja, com variedades da bebida produzidas em Sichuan, o estado de Hongqi e dos pandas. Os forasteiros garantem 30% da renda anual de 32 mil yuans, a moeda chinesa, cerca de 25 mil reais. A prefeitura construiu há pouco tempo uma estrada de asfalto. A obra havia sido concebida e convertida em pleito dos moradores durante conversas de jardim, nome dado às assembleias periódicas. Nessas conversas, decidiu-se também uma escala para cada família cuidar da limpeza da vila, e aí era desnecessário o aval do Poder Público, por falta de verba envolvida.

Debates comunitários e suas deliberações são, para os chineses, provas de democracia, atributo que o Ocidente não enxerga no gigante asiático. O presidente Xi Jinping teve no passado uma experiência de líder comunitário, até morou numa caverna. Entre uma conversa de jardim e a cadeira de Jinping, só existe voto direto nas bases. É pelo sufrágio popular que os chineses elegem os representantes de comitês locais e de comitês distritais. Distritos são unidades menores que um município. Dos representantes municipais em diante, é tudo eleição indireta. Os distritais elegem os municipais. Estes escolhem o prefeito e os integrantes dos comitês estaduais. Estes últimos elegem o governador e os representantes na Assembleia Nacional. E esta elege líderes como Jinping. “Em alguns países, a democracia é esquecida depois das eleições”, diz em português fluente, após 13 anos de serviço no Brasil, o diplomata Qu Yuhui, vice-diretor do Departamento de América Latina do Ministério das Relações Exteriores. Na China, prossegue, o povo é ouvido no dia a dia. “Democracia de todo o processo”, eis como as autoridades locais descrevem o que dizem praticar.

A jornalista Li Yunyun, subchefe do Centro das Américas, divisão do Grupo de Comunicações Internacionais do país, cita um dito popular antigo. Questões pequenas são discutidas em grandes reuniões e grandes questões, em pequenas

O aumento do bem-estar e a transição ecológica superam a ânsia pelo crescimento robusto

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 44

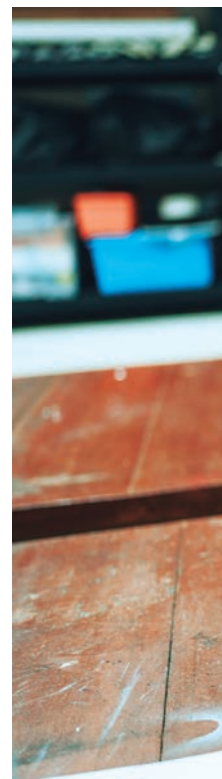
França. Macron despreza a vontade popular

Ajuste fino. O Partido Comunista continua a consolidar a "economia socialista de mercado", contra os equivocados prognósticos ocidentais

ISTOCKPHOTO E NICOLAS ASFOURI/AFP

reuniões. Uma reunião de julho com 364 participantes tomou decisões importantes para o futuro de 1,4 bilhão de chineses. Foi na terceira sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, o PCCh. Na República fundada em 1949, não é o governo que tem um partido a respaldá-lo no legislativo e nas ruas. São os comunistas que têm no governo um braço executor, ao qual dão as diretrizes. Na reunião de julho, o comitê resolveu aumentar a dose do rumo trilhado desde a virada da década de 1970 para a de 1980. Jogarão ainda mais fichas no que chamam de "economia socialista de mercado", combinação de práticas capitalistas e abertura ao mundo, de um lado, e presença estatal em áreas consideradas estratégicas, como ferrovias e transmissão de energia, de outro.

A reforma que desembocou na "economia socialista de mercado" começou com Deng Xiaoping, sucessor de Mao Zedong, "grande timoneiro" da República nascida em 1949. Desde Xiaoping, foram quatro décadas de crescimento médio do PIB de 9% ao ano. Em 1980, a indústria brasileira era do tamanho da chinesa e da sul-coreana somadas. Em 2010, a China passou o Japão e tornou-se a segunda maior economia, atrás apenas dos Esta-

dos Unidos. A expansão significou mais dinheiro no bolso, a inclusão pelo consumo. Em 2020, a China anunciou o fim da pobreza extrema, meta de Jinping ao assumir em 2013. Nos dez anos de 2014 a 2023, a renda *per capita* e o salário médio dos trabalhadores urbanos quase dobraram, conforme dados do NBS, o IBGE local. A primeira chegou a 7,4 mil yuans (5,8 mil reais) no ano passado e o segundo, a 10 mil yuans (7,9 mil reais). Comparação: nesse período, o salário médio no Brasil estagnou em 3 mil reais.

Quem anda por três das dez maiores cidades chinesas, Pequim, Wuhan e Chengdu, como *CartaCapital* em agosto, quase não vê miséria ou morador de rua. Lojas de grifes ocidentais e *shoppings* são comuns, em meio a enormes prédios residenciais e comerciais. A verticalização é uma marca, juntamente com ruas largas e arborizadas. O trânsito flui, apesar da multidão, dos carros (em geral novos), de motos do tipo lambreta (a dividir as calçadas com pedestres, inclusive) e das bicicletas de aluguel (amarelas e azuis, cores a diferenciar os aplicativos que as alugam). O metrô capilarizado contribui para evitar o que tinha tudo para ser um caos.

Na reunião de julho, o comitê central reforçou a busca pela "qualidade" do crescimento. Não há meta numérica para o PIB, aqueles patamares de dois dígitos estão mais difíceis de alcançar, pois a base de comparação ficou maior, após quatro décadas de expansão robusta. A desaceleração dará um alívio ao meio ambiente. O discurso verde tornou-se mais comum entre as autoridades. O governo tem uma estratégia de revitalização rural que passa pelo apoio ao ecoturismo em localidades como a vila de Shiyi Qiang, comunidade de minoria étnica com 600 moradores, às portas do Tibet, onde há um comitê local desde 1962.

> **O igualitarismo ficou para trás** e aceita-se que alguns sejam mais ricos que outros

O partido é onipresente na China. Toda organização (uma empresa, por exemplo) que tiver ao menos três filiados está obrigada a permitir a promoção interna de debates, estudos e difusão ideológica. Nascido em 1921, o PCCh conta com 98 milhões de adeptos, 7% da população. É o tamanho de Argentina e Colômbia somadas. O total de filiados a alguma sigla no Brasil (todas elas) também dá 7% da população (15 milhões), conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral. Na Assembleia Nacional, só o PCCh entra. As outras oito legendas existentes podem fazer parte da Conferência Consultiva Política do Povo, que se reúne uma vez por ano.

Filiar-se ao PCCh leva cerca de dois anos. Primeiro, manifesta-se a vontade de aderir, por meio de uma carta entregue a algum comitê partidário (numa em-

presa, numa escola). Esse comitê, de cinco integrantes, faz uma triagem inicial. Caso dê sinal verde, começa o processo. O interessado terá de passar por três etapas de uns seis meses cada, e ao fim de cada uma o comitê decide se a candidatura irá adiante. Na primeira fase, o interessado expõe sua visão e pensamento sobre a China. Na segunda, faz militância informal. Na terceira, discute o objetivo da filiação. Ao fim desta, o comitê autoriza ou nega o ingresso na condição de reserva. É um estágio probatório de um ano, ao fim do qual haverá uma avaliação definitiva sobre conduta e desempenho do candidato, antes de a filiação ser sacramentada. É preciso ter no mínimo 18 anos e ser ateu.

O ateísmo reina na China, cerca de 60% da população. Uma pesquisa de 2023, a "Global Religion", do instituto Ipsos, mostrou outras nações de descrença elevada na região. No Japão, só 19% acreditam em Deus ou em uma força superior. Na Coreia do Sul, 33%. Na Tailândia, 50%. Em compensação, na Índia, que faz fronteira com a China, a crença beira os 80%. O mesmo se dá em países latino-americanos como Brasil e Colômbia, ambos na lista das dez maiores concentrações de renda no 1% mais rico, em um *ranking* de 2019 da ONU.

Outros tempos. A China rural e as novas gerações enfrentam uma realidade não imaginada por Xiaoping

ISTOCKPHOTO E ACERVO PRESIDENTE JIMMY CARTER/ARQUIVO NACIONAL/EUA

Na reunião de julho, o PCCh enfatizou a retórica de combate à desigualdade como um dos pilares da "qualidade" pretendida. Desde o início da "economia socialista de mercado", a China abandonou a ideia de (palavra ouvida pela reportagem) "igualitarismo" dominante na era Zedong. Hoje se aceita que haja alguns mais ricos do que outros. Socialismo, na atual concepção local, seria vida digna e próspera, não conta bancária igual. Construir um país socialista, moderno, forte e belo: os planos para o centenário da República, em 2049. "Eu diria que a felicidade do povo é o objetivo final", afirma Zhang Xiaomei, diretora-geral do Departamento das Relações Exteriores do estado de Hubei, de forte base industrial e a meio caminho entre Pequim, a capital, e Xangai, principal centro econômico. "Em Inteligência Artificial, a China está na liderança do mundo."

O comunicado de julho do partido menciona algumas vezes a determinação de manter investimentos pesados em educação, pesquisa, ciência e tecnologia. Ter alcançado excelência em atividades de ponta é o que faz da China uma potência na atualidade. A CGTV, espécie de CNN estatal, é palco de usos interessantes de Inteligência Artificial. Em um laboratório na sede da emissora, em um prédio espelhado preto de aspecto moderno em Pequim, é possível fazer perguntas a Confúcio, filósofo chinês que viveu há 2,5 mil anos, ou assistir à encenação audiovisual de histórias contadas na milenar literatura chinesa. A *Mianyang BOE*, estatal em Sichuan e fabricante de uma de cada quatro telas (de tevês, celulares, *tablets, laptops*) no mundo, inventou com Inteligência Artificial um modo de recuperar fotos velhas.

Wuhan, epicentro da Covid-19 que,

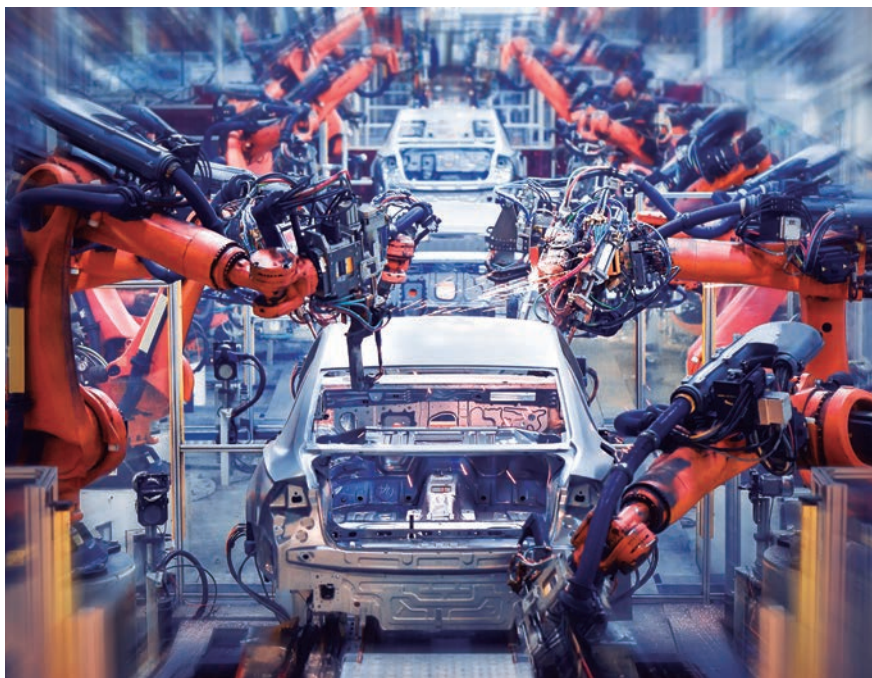
agora, quer ser a "cidade do futuro", tem táxis sem motoristas, graças à Inteligência Artificial, responsável por orientar os veículos, fabricados pela Baidu, companhia privada equivalente ao Google, e por uma estatal, a Dongfeng. Também estão nas ruas, em caráter de teste, ônibus sem motorista. São "pilotados" por Inteligência Artificial, embora haja um ser humano na retaguarda em um escritório, caso seja necessário assumir a rédea. Pelos céus, Wuhan logo verá drones entregadores, inventados por uma empresa privada, a Hubei E-Hawk Technology. Exemplos de substituição do homem pela máquina, o terror do proletariado, segundo Karl Marx. O economista alemão ainda é um farol, embora daquele jeito próprio local, o "socialismo com características chinesas". O comunicado final da reunião de julho menciona o "marxismo-leninismo" que "se deve seguir" e propõe o aumento do "nível marxista de todo o partido e sua capacidade para a modernização".

A digitalização e informatização são inevitáveis, dizem integrantes do PCCh. A saída para os trabalhadores terá de vir de outra forma, como requalificação profissional ou assistência governamental (a China tem um Bolsa Família). Para os comunistas, Marx segue uma referência pelo que teorizou a respeito da exploração como essência do capitalismo. Sobre os trabalhadores no comando dos meios de produção, aí o pensador alemão não vigora. O país tirou proveito da globalização. Atraiu multinacionais interessadas em pagar pouco, na comparação com salários norte-americanos e europeus, enquanto absorvia técnicas produtivas ocidentais.

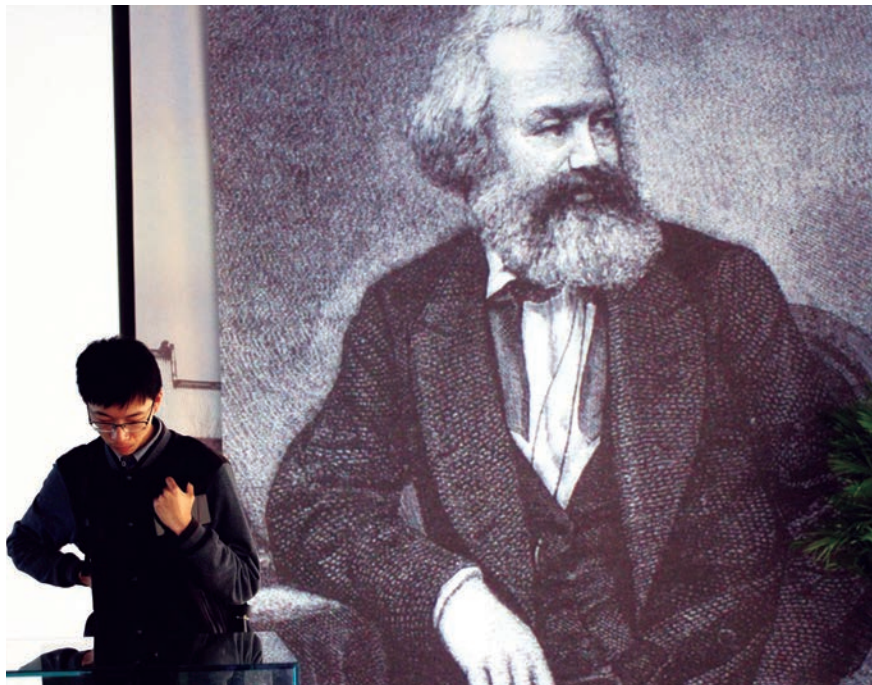
O brasileiro Roney dos Anjos Celestino mora em Wuhan, onde trabalha como palhaço, e sente na pele o que vê como exploração. Os horários de seus espetáculos são decididos em cima da hora pelo patrão, as jornadas se estendem além do combinado. Impressiona-o que seus companheiros chineses aceitem passivamente. Um colega de profissão, o também brasileiro Wesley Cavalcante, tem outro depoimento valioso. Neste caso, sobre a segurança nas ruas. "Aqui eu não tenho medo nem do crime, nem da polícia." Cavalcante é um jovem negro, perfil predileto dos preconceitos e excessos das PMs. Há algumas semanas, caiu em um buraco na rua e perdeu a consciência. Ao acordar, estava numa delegacia. Havia sido socorrido por policiais, que mais tarde o levaram para casa.

> Os chineses se orgulham de liderar as pesquisas mundiais em Inteligência Artificial

Ju de Almeida, *gay*, estudante na Universidade de Hubei, é mais um brasileiro satisfeito com a segurança chinesa. Na pátria deixada para trás, temia a violência homofóbica. Onde mora agora, não. O que não significa que a vida com o namorado chinês seja um paraíso. A cultura local valoriza bastante a família, o que faz a homossexualidade ser fortemente condenada, pois casais do mesmo sexo não têm filhos, só se adotarem. Segundo Almeida, há na China um mercado subterrâneo de barrigas de aluguel, com mulheres dispostas a engravidar para terceiros. A propósito: o aborto é permitido. E há pena de morte, com injeção letal, para certos crimes, como corrupção. Na reunião de julho do partido, foram expulsos três generais suspeitos de corromperem-se: Li Sangfu, ex-ministro da Defesa, e Li Yuchao e Sun Jinming, ambos ex-chefes de um programa de foguetes do Exército.

De volta Marx. O alemão ainda é inspiração para a visão do partido sobre os meios de comunicação. "O conceito de mídia na China é marxista", afirma Ma Hui, vice-diretor do Departamento Internacional do comitê central. Esse "conceito" tem sido seguido desde 1949. Pressupõe, em linhas gerais, que o PCCh encara os veículos como um "quarto poder" e uma

Mecanização. O uso intensivo de tecnologia marca a atual etapa do desenvolvimento

WANG FENG/IMAGENECHINA/AFP E ISTOCKPHOTO

Marxistas, *pero*... Certas concepções do pensador alemão continuam em voga. Outras foram descartadas pelo comitê central

bússola para mostrar ao povo "a verdade". A China possui 2,5 mil canais de rádio e televisão, conforme a NRTA, sigla em inglês do órgão regulador setorial. Todos são estatais. A atividade é monopólio do governo, embora seja autorizada propaganda privada. Essa rede audiovisual cobre 99% do país. Um canhão ideológico do governo.

A internet tem cobertura similar, 97%, segundo a NRTA, e nela a participação privada é admitida. A difusão da *web* começou pelas áreas urbanas e chegou à zona rural, lar de 430 milhões de chineses, 35% da população, conforme o NBS (eram 40% em 2017). A tecnologia contribui com o sustento dos camponeses. Estes utilizam plataformas chinesas de vídeos curtos, como Tik Tok e Kwai, para fazer propaganda da produção e negociá-la. Comércio que, no campo ou nas cidades, digitalizou-se rapidamente, a prescindir de moeda física, graças a aplicativos como o Wechat, de conversação e pagamentos. Criador de um canal no Youtube sobre a vida no país, o Pula Muralha, o brasileiro Lucas Brand diz que cartão de crédito é incomum. Quem paga via aplicativo, tem o débito direto na conta. Brand prepara-se para iniciar um curso de mestrado numa universidade na cidade de Nanjing intitulado "Sociedade Chinesa em Transição", nome revelador das transformações em curso na terra de Confúcio.

O amplo alcance da cobertura de *web* na China é obra sobretudo da tecnologia 5G, ramo da gigante Huawei, empresa privada vista pelos EUA como braço do governo comunista e inimigo a ser combatido. A infraestrutura de internet e aquelas atividades econômicas que têm o uso de dados como aspecto central integram o conceito chinês de "economia digital". No início de 2024, o Departamento de Comércio norte-americano decidiu investigar carros elétricos da BYD, montadora chinesa, para descobrir se os veículos seriam espiões disfarçados, capazes de coletar dados. "Suspeita" similar em relação à Huawei. A "economia digital" representa incríveis 41% do PIB do país, de acordo com a NRTA. A estatal Changhong é do setor, a maior do ramo no estado de Sichuan. Nasceu em 1958, passou por metamorfoses, agora fabrica tevês de última geração. Um vídeo institucional da companhia aponta a existência de "inovação tecnológica científica socialista".

O incentivo à digitalização produziu um efeito colateral indesejado pelas autoridades, que proíbem o uso do Google e do WhatsApp, acessíveis só via *roaming* internacional ou aplicativos que mascaram a posição geográfica do usuário, os VPNs. Os chineses passam tempo demais no celular a assistir vídeos no TikTok e Kwai. São duas horas e meia por dia, conforme a NRTA. A agência preocupa-se com a profusão de conteúdo pornô e violento. Para proteger menores de idade, baixou em 2021 regras batizadas de "modo contra o vício". Todo chinês que se cadastra num *site* ou aplicativo precisa mandar foto do RG, para comprovar a idade. Se tiver menos de 18 anos, as condições de uso serão controladas. O menor não conseguirá assistir mais do que 40 minutos de vídeos por dia, nem vê-los à noite ou na hora das aulas.

No "Parque do Povo", na cidade de Chengdu, as autoridades controlam um, digamos, mural para solteiros interessados em encontrar a cara-metade. Nesse mural, os pais colocam o currículo do filho ou filha, em formulários escritos e impressos pelo Poder Público (azul para eles, rosa para elas). A China de hoje é isso: uma combinação de modernidade e cultura milenar. E a população, o que acha da vida e do governo? Pesquisa de 2020 feita por uma das repartições da Universidade Harvard, nos EUA, constatou que 93% estavam satisfeitos. É um dos argumentos usados pelo partido em defesa do seu centralismo e do "socialismo com características chinesas". •

**O repórter viajou a convite do Partido Comunista Chinês.*

Desprezo pela vontade popular

FRANÇA Macron é o principal responsável pelo impasse político que paralisa o país

POR SÍLVIA CAPANEMA*

Um presidente que despreza o voto popular foi manchete recente do jornal *Libération*, em alusão ao filme de Godard. Emmanuel Macron refutou a formação de um eventual governo da Nova Frente Popular, coalizão de esquerda que terminou em primeiro lugar nas eleições legislativas de 7 de julho. No sistema parlamentarista local, é possível a chamada coabitação entre presidentes e primeiros-ministros de orientações políticas opostas, sabendo que o primeiro cargo mantém as representações oficiais e o segundo é que, de fato, governa, de acordo com a maioria da Assembleia.

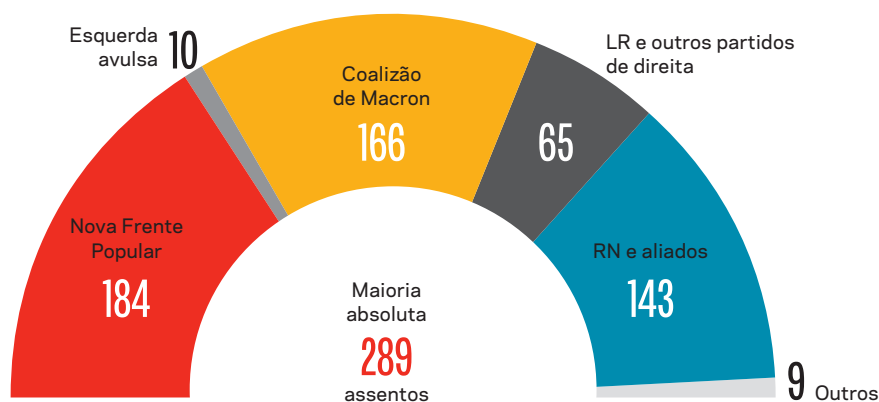
Para entender a situação, voltemos às eleições presidenciais de 2022. Macron foi confortavelmente eleito no segundo turno contra Marine Le Pen, do Reunião Nacional, de extrema-direita, mas nas eleições legislativas obteve somente uma maioria relativa. Apesar de nomear o governo, só consegue aprovar certas medidas por decreto, como a impopular reforma da previdência, que aumenta a idade da aposentadoria para 64 anos. O governo mostrou-se surdo diante de meses de protestos. A antiga primeira-ministra, Elisabeth Borne, em pouco mais de um ano, foi recordista em decretos que dispensam aprovação parlamentar (artigo 49.3 da Constituição). Até mesmo o orçamento foi aprovado por decreto.

Em junho de 2024, nas eleições europeias, o "partido presidencial" (Macron mudou o nome de sua legenda diversas vezes), chega bem atrás da RN, liderada por Jordan Bardella. A situação é grave, a extrema-direita tem crescido no país no contexto de quatro décadas de políticas neoliberais. Diante disso, a decisão de Macron é bastante incoerente: organizar novas eleições legislativas sob pretexto de "clarificar a situação".

Todas as mídias tradicionais e institutos de pesquisa (é preciso dizer que na França atual grande parte dos meios de comunicação é dominada pelas maiores fortunas) apontavam para a vitória da RN, mas houve enorme surpresa quando as urnas foram abertas: a extrema-direita cresceu no Parlamento, mas quem chegou em primeiro lugar foi a NFP, ainda que com maioria relativa. A NFP é uma coalizão dos principais partidos de esquerda: socialistas, ecologistas, comunistas e o Movimento da França Insubmissa.

Com efeito, houve, como de costume no país, uma mobilização do eleitorado diante da ameaça da extrema-direita, concretizando um verdadeiro bloqueio eleitoral para eliminar os candidatos da RN no segundo turno. Mas o grupo macronista chegou somente em terceiro lugar, e uma possível aliança com a direita tradicional (Republicanos) também não garante a Macron maioria absoluta. Diante disso, o que decide fazer o "presidente dos ultra-ricos", como bem definiu a socióloga Monique Pinçot-Charlot? Em vez de nomear um primeiro-ministro da NFP, aproveita as Olimpíadas para manter um *status quo*, alegando risco de crise institucional. Algo inédito na França.

UM CONGRESSO FRAGMENTADO

Divisão das cadeiras na Assembleia Nacional por blocos políticos

Bloqueio. Macron quer afastar do poder a França Insubmissa, de Mélenchon. Este adverte o presidente sobre as consequências

EMMANUEL DUNAND/AFP E BERTRAND GUAY/AFP

Macron tenta, por meio de manobras, formar um governo que lhe seja favorável, na expectativa de "quebrar" a aliança da esquerda, alegando o radicalismo da França Insubmissa, o partido de Jean-Luc Mélenchon, que tem se destacado com bons resultados eleitorais, sobretudo nas periferias e na juventude. Quando Mélenchon propôs, para evitar rechaços dos outros grupos, que o novo governo fosse formado pela NFP sem nenhum ministro da França Insubmissa, os adversários revelaram, porém, qual era realmente o problema: a aplicação do programa da Nova Frente Popular. O programa prevê, entre outras medidas ecológicas e sociais, o aumento do salário mínimo de 15% e dos salários em geral, o congelamento dos preços da energia, dos combustíveis e dos produtos de primeira necessidade, a anulação da reforma da aposentadoria e um plano de recuperação dos serviços públicos. Trata-se de medidas urgentes e financiadas por uma reforma fiscal que propõe a taxação das maiores fortunas e dos dividendos e a supressão dos nichos das grandes empresas que acumulam lucros exorbitantes. Não por acaso, a NFP escolheu como potencial primeira-ministra Lucie Castets, funcionária da prefeitura de Paris engajada na luta contra a evasão fiscal e em favor do serviço público.

No momento atual, os fundos internacionais defendem um orçamento de austeridade para a França, que deveria ser aprovado até o fim do ano, a despeito da realidade social de aumento considerável do custo de vida e de degradação dos serviços públicos. A crise apontada por Macron revela, na verdade, uma velha tensão de escolhas econômicas, entre o corte de gastos ou, alternativamente, o aumento da arrecadação via reforma fiscal e redistribuição de renda. A aposta das esquerdas francesas é que a segunda alternativa traria, além de justiça social, uma nova dinâmica econômica, embora seja preciso admitir, a coalizão também teria dificuldade de governar com maioria relativa. Poderia contar, no entanto, com o apoio dos movimentos sociais, como foi o caso da Frente Popular de 1936 que inspira a atual: depois de greves massivas, em pouco mais de um ano, o governo aprovou a redução da jornada de trabalho e as férias remuneradas, medidas emblemáticas dos avanços sociais.

> Talvez a cabeça da atual Quinta República não fique de pé por muito mais tempo

Macron também não tem maioria parlamentar e é legítimo questionar se o "centrista" pretende contar com o apoio da extrema-direita para aplicar seu projeto de austeridade econômica. O que decide, no final de contas, Macron? Escolhe como primeiro-ministro Michel Barnier, um político que não tem nada a ver com o resultado das eleições, homem de direita tradicional, ligado ao partido Republicanos que chegou em último lugar nas eleições legislativas. Com certeza, a figura "escolhida" contará com grande oposição do Parlamento e provavelmente das ruas, havendo grandes chances de o novo governo ser censurado logo nos primeiros dias, como avisa a NFP.

Novas manifestações já são organizadas para o fim de semana. Pela primeira vez na Quinta República, fala-se na possibilidade de *impeachment* do presidente, ainda que seja institucionalmente remota. A guilhotina foi abolida em 1981 na França, mas talvez a cabeça da atual Quinta República não fique de pé por muito mais tempo. •

**Historiadora, professora na Universidade Sorbonne Paris Nord, parlamentar no departamento de Seine-Saint-Denis, integrante da NFP.*

Papai odeia o Estado

TheObserver A campanha democrata foca em homens conservadores ressabiados com certas posições de Trump

POR DAVID SMITH, EM WASHINGTON

Uma sirene toca. Passos ressoam no cascalho. Um delegado local olha para um carro e diz a uma adolescente que sabe que ela está grávida. Ele prende o pai por levá-la a um estado onde ela pode conseguir um aborto. "E você, mocinha", diz o policial, "bem, você está presa por evitar a maternidade."

Esse é um anúncio do Lincoln Project, grupo pró-democracia que apresenta uma visão sombria do futuro para milhões de mulheres norte-americanas, caso Donald Trump derrote Kamala Harris na eleição presidencial e criminalize o aborto em todos os Estados Unidos. Mas seu público-alvo inclui outro grupo crucial de eleitores: os homens conservadores.

"Pais Dobbs", nomeados em homenagem à decisão Dobbs da Suprema Corte, de 2022, que cancelou o direito constitucional ao aborto, são pais de classe média, da geração X e da geração Y, irritados com a perspectiva de um "governo grande" que tome decisões sobre a saúde reprodutiva de suas esposas e filhas. O grupo foi identificado como crucial pela organização irmã do Lincoln Project, o Instituto Lincoln pela Democracia, juntamente com os "conservadores do Amanhecer Vermelho", inspirados no filme *Amanhecer Vermelho*, de 1984, no qual adolescentes lutam contra forças soviéticas invasoras, que valorizam uma defesa nacional forte e alianças tradicionais.

É a mais recente tentativa de encontrar um nome rápido para o tipo de eleitores cujas decisões deverão afetar os Estados Unidos e o mundo. Isso porque, na ausência de uma votação popular nacional, o resultado da eleição presidencial provavelmente se resumirá a dezenas de milhares de votos em sete estados oscilantes (e decisivos).

A primeira versão foram as "mães do futebol", que apoiaram o democrata Bill Clinton contra o republicano Bob Dole em 1996. Após os atentados terroristas em Nova York e Washington em 11 de setembro de 2001, o então senador Joe Biden opinou, no entanto, que "as mães do futebol são mães da segurança agora",

> Os "pais Dobbs" não querem um burocrata a decidir sobre o direito reprodutivo de suas mulheres e filhas

Patriarca. Comercial do Lincoln Project visa os homens que têm ojeriza à interferência da Suprema Corte em assuntos privados

quando o republicano George W. Bush tentava se reeleger. Eleições posteriores trouxeram os rótulos "mãe Starbucks", "mãe garçonete" e "mãe Walmart", geralmente aplicados a mulheres brancas de classe média que enfrentavam dificuldades econômicas. Depois vieram os "pais Nascar", homens brancos de meia-idade, da classe trabalhadora ou da classe média baixa, e as "mamães ursos", mães e avós conservadoras que nos últimos anos se organizaram pelos direitos parentais.

Agora os EUA enfrentam mais uma eleição acirrada. As últimas pesquisas de estados indecisos feitas pela Emerson College Polling e o *site* The Hill descobriram que Harris tem ligeira vantagem sobre Trump em Michigan, na Geórgia e em Nevada, e os candidatos empatam na Pensilvânia. Trump está ligeiramente à frente em Wisconsin, Carolina do Norte e Arizona.

A decisão Dobbs, que anulou meio século de precedentes jurídicos de proteção ao direito ao aborto sob a decisão Roe *vs.* Wade, galvanizou as eleitoras progressistas nas eleições de meio de mandato em 2022. Mas o Instituto Lincoln pela Democracia acredita que os homens conservadores também podem ser cruciais. Trygve Olson, consultor sênior do instituto, disse: "Os pais Dobbs tendem a ser da geração do Milênio. Tendem a ser homens brancos com ensino superior, e são desproporcionalmente pais de meninas. Alguns deles são pró-vida, são conservadores. O conservadorismo deles é baseado em 'Eu não quero que o governo me diga o que devo fazer'".

Olson caracterizou o pensamento de muitos desses eleitores desta forma: "Espero que minha filha nunca tenha que en-

THE LINCOLN PROJECT E ISTOCKPHOTO

Minhas regras. Protestos contra a decisão da Suprema Corte de derrubar a proteção nacional ao direito ao aborto

frentar essa escolha, mas, se tivesse, não quero que algum teocrata ou funcionário do governo tome essa decisão. Espero que minha filha me procure. Estou tentando criá-la com integridade. Vejo meu papel como protetor. Não quero que o governo tome essa decisão, assim como não quero que ele me diga o que posso cultivar na minha terra ou que tipo de arma posso ter".

O anúncio sobre a "fronteira estadual", um alerta sobre a proibição nacional do aborto pelo Projeto 2025, um plano de política radical de um grupo de pensadores de direita, atraiu 500 mil visualizações no YouTube em dois dias. Olson, que cresceu no estado decisivo de Wisconsin, continuou: "Ser pai de uma menina muda sua perspectiva, porque você pode ter empatia por muitas coisas pelas quais elas passam. Como eu disse à minha filha de 15 anos, posso ter empatia por alguns desafios que ela enfrenta e me identificar com eles, mas não sei como é ser uma garota de 15 anos. Nunca fui uma. Mas sei que posso pegar o que sei e aplicar a você, e isso parece estar acontecendo com esses eleitores. Joe Biden havia perdido força com eles. Muitos estavam indecisos. O que vemos nos números é que Kamala Harris recuperou muito. Ainda há trabalho a ser feito".

O aborto foi uma questão crucial para os democratas nas eleições de 2022 e 2023. Ao perceber o risco político, Trump tentou garantir aos eleitores que não buscaria uma proibição nacional e se distanciaria do Projeto 2025. Olson observou: "Você vê Trump tentando recuar da decisão Dobbs. Está entendido que esses eleitores são os que vão decidir nos estados-chave".

Os democratas aproveitaram a questão e o tema da "liberdade" em sua recente convenção em Chicago. Entre os palestrantes estava Amanda Zurawski, que se lembrou de ter entrado em trabalho de parto prematuro com 18 semanas de gravidez, mas foi mandada para casa por um hospital no Texas, onde há uma proibição quase total do aborto, por ter sido considerada desqualificada para um aborto sob a exceção da lei para emergências com risco de vida. Ao lado de Zurawski no palco, seu marido, Josh, disse: "Estou aqui esta noite porque a luta pelos direitos reprodutivos não é apenas das mulheres. Trata-se de lutar por nossas famílias e, como disse Kamala Harris, nosso futuro".

Em um encontro de pensadores do Instituto Brookings, Elaine Kamarck, ex-funcionária da Casa Branca, comentou: "Alguém me perguntou algumas semanas atrás se eu poderia resumir a mensagem de Kamala Harris em uma frase? Eu disse: não, não posso, eu posso resumir em uma palavra: 'liberdade'. O que está por trás disso? A decisão Dobbs. O que está por trás é a decisão sem precedentes da Suprema Corte de cancelar um direito que a população tem há meio século, e a população que mais se importa com isso é 55% do eleitorado".

"O que a decisão sobre o aborto fez foi muito além do aborto", acrescentou. "Foi sobre liberdades fundamentais. O governo pode entrar no seu quarto, na sua casa ou no consultório do seu médico e tomar decisões por você? Isso é assustador. É particularmente assustador para um país, para um eleitorado, construído sobre a liberdade, então aqui tivemos uma situação em que os democratas

Zero a zero. O objetivo não é atrair mais votos para Kamala Harris, mas convencer parte do eleitorado a não apoiar Donald Trump

SAUL LOEB/AFP E VICTORIA PICKERING

tiraram dos republicanos um tema que costumava ajudá-los."

A convenção também se esforçou para apresentar Harris como uma comandante em chefe viável, em contraste com o isolacionismo de Trump, seu estilo caótico e suas declarações depreciativas sobre o ex-senador John McCain, prisioneiro de guerra no Vietnã, e outros militares veteranos. Olson acredita que os "conservadores do Amanhecer Vermelho" também podem influenciar a eleição. "Eles tendem a ser homens e mulheres da geração X, ou *baby boomers* tardios. São conservadores, atingiram a maioridade na época de Reagan e Thatcher. Cerca de metade deles votou em Trump. A outra metade não votou em Biden. Eles meio que esperaram para ver. Dito isso, há coisas capazes de movê-los", analisa. "Trump dizendo que o líder russo Vladimir Putin é um gênio por invadir a Ucrânia, eles estão muito preocupados com isso. Estão preocupados com o fato de o Partido Republicano não ser mais aquele que acreditava na existência de um império do mal, então a política externa importa para eles até certo ponto."

Alguns dos anúncios mais bem-sucedidos do Lincoln Project nas eleições de meio de mandato de 2022 tiveram como alvo os "conservadores do Amanhecer Vermelho" em estados decisivos, focando o fato de Trump estar ao lado de Putin contra a Ucrânia. "Do ponto de vista eleitoral, não se trata de provavelmente fazê-los votar em Harris, mas sim de fazê-los desqualificar Trump. Muitos deles nunca vão apoiar um democrata, e provavelmente votarão num republicano. Mas a questão é Donald Trump, porque é outra coisa que os deixa desconfortáveis com Donald Trump." As eleições primárias republicanas mostraram uma minoria pequena, mas significativa, a se recusar a abraçar Trump e sua política externa de "a América em primeiro lugar". Embora sua rival, Nikki Haley, tenha desistido das primárias no início de março, defendendo posições tradicionalmente mais agressivas, continuou a atrair até 20% nas disputas.

> A simpatia demonstrada por Trump em relação a Putin afasta os republicanos que veem a Rússia como o "império do mal"

Harris e Trump passaram os últimos dias a viajar por estados indecisos como Geórgia, Michigan e Wisconsin. Mas com os principais "campos de batalha" eleitorais variando do centro-oeste ao sul e sudoeste, e abrangendo várias faixas de idade, gênero e raça, é difícil classificar os eleitores em categorias e encontrar a mensagem certa para o público certo.

Em um debate organizado pelo Instituto de Política da Universidade de Chicago e pelo Cook Political Report em paralelo à convenção democrata, o pesquisador John Anzalone disse: "Eu acho que o 'campo de batalha' está com as mulheres de classe média. É fundamental quebrar o mito de como são essas mulheres. Primeiro, elas são muito diversificadas. Em 1990, era de 85% o porcentual de mulheres de classe média brancas. Hoje, são 61% ou algo assim, então é diferente. São mais velhas, o que acho bom para Kamala de algumas maneiras, assim como em coisas ligadas a questões sociais. É uma mistura de gente que tem filhos, que não tem filhos, etc. Mas a razão de esse universo ser importante é que Hillary Clinton conseguiu 46% delas, Biden obteve 56%."

Os homens de classe média, observou Anzalone, afastaram-se dos democratas. "Então, onde você vai compensar isso? Pode ser com as mulheres de classe média, não apenas pela questão do aborto, mas por Donald Trump ser quem ele é." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Finalmente, visíveis

EXPOSIÇÃO *Pretagonismos*, na galeria do BNDES, traz à luz obras de artistas negros guardadas no Museu Nacional de Belas Artes

POR ANA PAULA SOUSA, DO RIO DE JANEIRO *

O Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio, foi o primeiro emprego de Reginaldo Tobias, um dos curadores de *Pretagonismos*, recém-aberta na galeria do BNDES.

Nascido em uma família pobre, Tobias cresceu na Fundação Casa e, quando a maioridade se aproximava, graças a um convênio da então Funabem, fez um curso no museu. Seu interesse pela arte o levou a ser contratado de pronto.

Cláudia Rocha, outra das curadoras, também estava no início da vida adulta quando pisou no suntuoso edifício do MNBA, no centro do Rio, para fazer um trabalho para a faculdade de Turismo. Aquela era a primeira vez em que entrava em um museu. Ao chegar em casa, vaticinou para a mãe: "Um dia, vou trabalhar lá".

O sonho se realizou em 2010, quando, já formada em Museologia, passou no concurso do Instituto Brasileiro de Museus. Hoje, ela é doutoranda em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tobias, mestre em arte pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é também professor da rede estadual de ensino.

Fruto do processo de revisão do que a historiadora Lilia Schwarcz denomina "pacto das imagens" (*ler texto à pág. 52*), *Pretagonismos* não deixa de espelhar as trajetórias dos dois curadores.

"Em 1988, no centenário da Abolição, propus uma exposição em que o negro fosse

Oposições. *Meninice-MG* (2024),retrato da tia do artista paulistano Michel Onguer, dialoga com *Retrato do Intrépido Marinheiro Simão* (1853), rara pintura com um negro tratado como herói. A curadoria se debruçou, especialmente, sobre o gênero retrato

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 54

Teatro. O Mirada leva a Santos um dos mais importantes grupos latinos

ACERVO/MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

representado. Ela foi feita na biblioteca do museu", conta Tobias. Trinta anos depois, ele teve a ideia inicial para a mostra *Das Galés às Galerias: Representações e Protagonismos do Negro no Acervo do MNBA*, semente do que se vê agora no BNDES.

Pretagonismos reúne 105 obras de 59 artistas – 46 negros e 13 brancos – que retratam pessoas negras a partir do século XVIII. Um dos desejos da curadoria era pensar o negro em um gênero específico da História da Arte: o retrato. "Isso nos permite notar as diferenças de quando o negro é retratado pelo branco e quando ele consegue se retratar", diz Cláudia.

O caminho se inicia com *Retrato do Intrépido Marinheiro Simão* (1853), rara pintura com um negro colocado na posição de herói. O quadro homenageia o homem que salvou, a nado, 13 vítimas de um naufrágio.

À frente de Simão está *Autorretrato como Tarsila do Amaral* (2022), da carioca Panmela Castro, nome de destaque na arte contemporânea. Na pintura, ela aparece com vestimenta e pose historicamente atribuídas aos brancos ricos. Logo adiante, outra oposição: os negros em trabalhos pesados, em obra pouco posterior à abolição, e o retrato leve e descontraído que o paulistano Michel Onguer fez de sua tia.

A mostra questiona a institucionalização da arte no Brasil, que teve como marco, justamente, esse grande museu no centro do Rio

Pretagonismos se constitui, nos diferentes núcleos, como um chamado para que notemos o racismo que ainda se deixa ocultar em imagens perpetuadas e naturalizadas. A curadoria, além de nos fazer enxergar o que apenas víamos – para usar a frase de Lilia Schwarcz –, propõe uma ressignificação do passado colonial.

Em uma marcante sequência, o paraense PV Dias calça sapatos e coloca máquinas fotográficas nas mãos dos negros retratados pelo fotógrafo português Fidanza, que atuou no século XIX, em Belém.

Os curadores, por sua vez, alteram os títulos de obras, riscando certas palavras. No lugar de "escravo", lemos "escravizado"; e o título *Pretinha – Busto de Preta* vira *Busto Feminino de Jovem*. Nessa seção, grita o busto de José White Lafitte, maestro e professor cubano radicado no Brasil, esculpido como se anônimo fosse.

"Enquanto o Visconde de Araguaia, feito pelo mesmo artista, Bernardelli, é retratado com livros e nome, o busto do maestro não tem qualquer traço que remeta a seu conhecimento", pontua Tobias. "Quando se retratava um negro, não havia preocupação com a individualidade."

Trajetórias. A exposição, que reúne obras de 46 artistas negros, espelha a própria história dos curadores Cláudia Rocha e Reginaldo Tobias de Oliveira

Os apagamentos que a exposição contesta se estendem aos artistas negros presentes no acervo do museu, mas pouco ou nunca exibidos. É o caso de Arthur Timóteo da Costa, que se auto-representa com a pele mais clara; do escultor Francisco Manuel Chaves Pinheiro, retratista de pessoas brancas; das paisagens e cenas históricas de Firmino Monteiro; e das naturezas-mortas de Leôncio Vieira. *Pretagonismos* evidencia ainda a biografia desses artistas, quase sempre marcada por sofrimento.

Artistas populares, como Mestre Vitalino, Cincinho e Maria Auxiliadora também compõem o percurso expositivo. Muitas dessas obras, explica Cláudia, foram adquiridas a partir da década de 1960, quando o museu passou por uma virada. "Mas esse olhar é uma história de fluxos e refluxos", observa.

O MNBA está fechado para o público desde 2019 e passa por uma reforma que envolve fachada, esquadrias, sistema de incêndio, modernização da parte elétrica e climatização da reserva técnica. A reabertura está prevista para o final de 2025 ou início de 2026 e, de acordo com a diretora, Daniela Matera, esta mostra é um "prelúdio" do que virá.

"Sairemos da tradição das Belas Artes e da organização das obras a partir de uma linha do tempo para algo mais questionador,", diz. "Foi no Museu Nacional de Belas Artes que começou na institucionalização da arte no Brasil. A visualidade do Brasil passa por esse espaço."

Pretagonismos segue na galeria do BNDES, a poucas quadras do MNBA, no centro do Rio, até fevereiro de 2025. •

**A jornalista viajou a convite da Associação de Amigos e Colaboradores do MNBA.*

O PACTO DAS IMAGENS

Estudo minucioso mostra como quadros e fotos produziram e naturalizaram um projeto de Nação que exclui os negros

Na introdução de *Imagens da Branquitude – A Presença da Ausência*, Lilia Schwarcz descreve, com pormenores, a tela argentina *Don Eusebio de la Santa Federación* (1830). Ela detém seu olhar especialmente sobre os pés do retratado, por serem os pés – e a falta de sapatos – uma "marca reiterada" da representação visual de negros. Lilia demonstra, nesse valioso livro, de que forma se "legitimou a hierarquia a partir do registro visual", explicitando "as operações que fazem com que, mesmo tendo a capacidade de 'ver', não consigamos 'enxergar' os detalhes perversos das representações". Sua análise soa quase como um pedido para que deixamos, ao menos, de ser omissos. (APS)

IMAGENS DA BRANQUITUDE

Lilia Moritz Schwarcz. Companhia das Letras (432 págs., 99,90 reais)

REDES SOCIAIS

A crise sociopolítica em forma de ficção

LIVRO JENNY ERPENBECK COLOCA OS REFUGIADOS QUE VIVEM HOJE EM BERLIM NO CENTRO DA TRAMA DE *EU VOU, TU VAIS, ELE VAI*

POR ALYSSON OLIVEIRA

A crise dos imigrantes na Europa é uma questão central para a autora alemã Jenny Erpenbeck em *Eu vou, Tu vais, Ele vai,* romance de 2015 recentemente lançado no Brasil.

A Alexanderplatz, em Berlim, cenário de um romance escrito cem anos atrás – *Berlim, Alexanderplatz,* de Alfred Döblin – é o epicentro da trama que aborda o drama de pessoas vindas de diversas regiões da África e que não têm onde morar.

Na famosa praça da capital alemã, um grupo de refugiados faz greve de fome, mas segue invisível aos olhos do protagonista do livro, Richard, um professor universitário. É apenas quando os vê numa reportagem na tevê que ele se dá conta do que está acontecendo. Acha, então, que deve ajudá-los.

A narrativa é desenvolvida num tempo lento, que se aprofunda na construção dos personagens e suas trajetórias.

O romance começa com Richard, que é viúvo, chegando ao fim de sua carreira acadêmica. O professor crê que, a partir da aposentadoria, terá tempo para fazer tudo aquilo que queria e não conseguia: viajar, ler Proust e Dostoievski e ouvir música. Mas ele não consegue ficar indiferente à crise sociopolítica da Europa.

Nascido e criado na Alemanha Oriental, o acadêmico viveu o estranhamento da união do país. Foi, um pouco, como se deixasse de ser ele mesmo. Tal e qual sua nação, ele precisou aprender com a nova realidade, e mudar. Também por isso, as histórias dos apartados de seus lugares de origem o tocam profundamente.

Jenny Erpenbeck, de 57 anos, nasceu na Berlim Oriental e vivenciou profundas experiências históricas. Com Richard, não é diferente.

O afogamento de um refugiado num lago é um elemento de desconforto que a autora retoma em diversos momentos da narrativa. É como se essa vítima – cujo corpo não é encontrado – simbolizasse a trajetória errante e incerta dessas pessoas que vagam pela Europa.

EU VOU, TU VAIS, ELE VAI

Jenny Erpenbeck. Tradução: Sergio Tellaroli. Companhia das Letras (368 págs., 109,90 reais)

KATHARINA BEHLING

Reconhecimento. Este ano, a autora alemã ganhou o Booker Prize

Sem recair no sentimentalismo ou no lugar do branco salvador, a escritora consegue construir um retrato profundamente humano dos imigrantes e do próprio Richard, que vê sua vida transformar-se a partir do contato com os outros.

Como o governo parece pouco preocupar-se com as vidas dos refugiados, é em Richard que eles encontram o alento de serem tratados como humanos – e não como elementos de uma crise.

Em maio deste ano, Jenny Erpenbeck ganhou o Booker Prize por *Kairos,* ainda não lançado no Brasil. •

O teatro como lugar de partilha

ENTREVISTA Para Miguel Rubio, diretor de um dos mais longevos grupos latinos, o ator é uma testemunha de seu tempo

A MARIA FERNANDA VOMERO

Um dos coletivos teatrais mais longevos da América Latina, o Grupo Cultural Yuyachkani, com sede em Lima, no Peru, completou 53 anos em 2024. Fundado em 1971, durante a ditadura militar, o Yuyachkani resistiu às turbulências de um país que atravessou 20 anos de conflito armado, a partir de 1980, e que, de 2000 para cá, teve uma conturbada sequência de dez presidentes.

Apesar do contexto desafiador, os oi-

Elemento cênico. O uso de máscaras, emprestado da tradição andina, é uma das marcas da companhia peruana Yuyachkani, que abre o MIRADA, festival bianual realizado pelo Sesc, em Santos

ROBERTO ZAMALLOA

to artistas que compõem o núcleo duro do grupo se mantiveram em atividade permanente ao longo das últimas cinco décadas. Hoje, estão todos na faixa dos 70 anos. No repertório, que soma 35 obras, há tanto performances de palco e de rua quanto trabalhos individuais dos atores e atrizes.

Os integrantes do Yuyachkani – palavra que, em quéchua, significa "estou pensando, estou recordando" – também promovem, há 14 anos, o Laboratorio Abierto, encontro pedagógico que recebe participantes do mundo todo.

Na quinta-feira 5, eles abriram a 7ª edição do MIRADA – Festival Ibero-Americano de Artes Cênicas, realizado a cada dois anos pelo Sesc São Paulo na cidade de Santos. O evento, que vai até 15 de setembro, tem o Peru como país homenageado e convidou oito coletivos peruanos para a programação. São, ao todo, 33 espetáculos nacionais e estrangeiros.

Nesta passagem pelo Brasil, o Yuyachkani apresenta a peça de rua *O teatro é um sonho*, uma celebração às artes cênicas e à própria memória do grupo, com elementos que caracterizam seu repertório: música, uso de máscaras, referências andinas e intervenção no espaço público.

De Lima, Miguel Rubio, diretor artístico do grupo, conversou com *CartaCapital*, por videoconferência, sobre a trajetória do Yuyachkani. "Embora idosos, não perdemos a vocação do aprendizado", disse, com seu bom-humor característico.

CartaCapital: O que explica a vitalidade do Yuyachkani?

Miguel Rubio: Somos parte de um movimento teatral surgido na América Latina e no Caribe em meados do século passado, durante um período de intensas mudanças políticas e culturais. O grupo, naquele momento, se tornou uma unidade de organização com um modo de produção diferente daqueles de elencos que se juntavam em função de uma montagem. A criação coletiva era, assim, uma resposta política. O teatro deixava de ser entendido apenas como a montagem de um texto. O ator e a atriz se assumiam criadores e se responsabilizavam por aquilo que diziam e faziam em cena. O corpo se tornava o lugar fundamental de enunciação, e apareceram novas teatralidades e novos modos de ocupar o espaço cênico. Essa foi uma revolução completa, feita por artistas desejosos em dialogar com seu tempo.

CC: Ao fundar o Yuyachkani, como vocês concretizaram o desejo de "dialogar com seu tempo"?

MR: Criamos o grupo durante uma ditadura nacionalista muito peculiar, sob o governo do general Velasco Alvarado (1968-1975). O fato de que nos chamemos Grupo Cultural Yuyachkani é chave: tem a ver com o fato de que, nos anos 1970, os partidos de esquerda estavam proscritos. A única possibilidade de ter uma presença política ou permitir a aparição pública de um pensamento divergente era por meio dos eventos artísticos e culturais. No início, nosso trabalho era marcado por aquilo que entendíamos como ativismo político. Nossa primeira obra, *Puño de Cobre* (1971), tinha a intenção de gerar um "teatro-documento" a partir de uma luta sindical de mineiros pela nacionalização das mineradoras que atuavam no país. A repressão do governo à greve foi muito dura, resultando na morte de muitos trabalhadores. Por meio do teatro, quisemos documentar essa luta, e visitamos quase todos os povoados mineiros da Serra Central do Peru. Essa peça foi importante porque, depois do massacre, era difícil os trabalhadores falarem do que havia acontecido. Com a peça, voltamos a colocar o tema em debate. Fazíamos quatro sessões diárias, havia discussões e os próprios mineiros comentavam os eventos. Alguns anos mais tarde, estivemos com grupos de camponeses que haviam participado de um grande movimento popular de recuperação de terras. Foi um período de vínculo estreito com as comunidades e de viagens frequentes ao interior do país.

Quando o coletivo surgiu, nos anos 1970, a arte era a única possibilidade de manifestação pública de um pensamento de esquerda

CC: De que modo o trabalho em distintos territórios do Peru contribuiu para o pensamento ético e estético do grupo?

MR: Éramos jovens de classe média que pensávamos que Lima era todo o Peru. Quando começamos a ir ao campo, nos deparamos com a força da tradição andina, a presença da música e da máscara. A máscara mudou nossa perspectiva cênica. Por isso, passamos a pesquisar as festas tradicionais, sobretudo a festividade da Virgen del Carmen em Paucartambo (*povoado da região de Cusco*). No início, queríamos ter todas as máscaras e figurinos e colocá-los em cena, mesmo fora de contexto. Com a maturidade, passamos a compreender os princípios que regem a festa andina e deixamos de nos apoiar apenas na forma exterior. As festas nos ensinaram a

Além de Lima. Quando jovens, Rubio e os demais integrantes do Yuyachkani mergulharam na memória e nas tradições do interior do Peru

pensar no espaço cênico como um espaço de partilha, e não em um palco para "o" importante, com os espectadores de outro lado. Nossas últimas peças não têm essa divisão. Em vez de uma obra que se apresenta diante de um público, imaginamos algo que se constrói e se compartilha com esse público *in situ*.

CC: Como eram as práticas artísticas do Yuyachkani durante o longo período de conflito armado?

MR: Naquela época, não podíamos sair de Lima, pois isso era motivo de suspeita tanto para as forças de ordem do Estado quanto para o Sendero Luminoso. Já tínhamos nossa sede, mas estávamos ainda construindo o teatro. Foi um período duro, mas também interessante, durante o qual pudemos aprimorar nossa formação artística. Findo o conflito armado, fomos convidados a acompanhar as audiências públicas da Comissão da Verdade e da Reconciliação (2001–2003). Assistíamos às vítimas de violência dar seus testemunhos com voz própria. Isso nos fez questionar qual era nosso lugar como artistas e qual era o lugar da representação. Entramos em crise. Como resultado, fizemos a peça *Sin Título, Técnica Mixta* (2004), uma espécie de depósito de museu, com objetos e documentos pregados nas paredes, entre os quais o espectador podia se mover. Surgiu, então, a figura do ator-testemunha, da atriz-testemunha, que intervém e expressa a própria voz.

> "Como somos um grupo antigo, a luta é para que o passado não seja o nosso único presente"

CC: Quais foram as motivações para criar *O teatro é um sonho*?

MR: A peça surgiu de um projeto feito para o programa Espacios Revelados (*iniciativa da alemã Siemens-Stiftung para ações artísticas em espaços urbanos da América Latina*). Estávamos em plena pandemia. Escolhemos como foco o Teatro Municipal de Lima, que fica no centro histórico, e imaginamos que dentro do teatro aconteceria uma grande festa, da qual participariam personalidades importantes. Esse evento é interrompido: há um assalto ao edifício e se rouba o piano. Os convidados escapam e resolvem festejar na rua. Quem são eles? Personagens de diferentes obras do Yuyachkani. A festa se completa com a chegada de uma cantora lendária, a soprano (*peruana*) Yma Sumac. Atuam, na peça, cerca de 60 pessoas – no Brasil, artistas brasileiros participarão dela.

CC: Quais são os próximos projetos do Yuyachkani?

MR: Não temos grandes projeções de futuro. Como somos um grupo muito antigo, a luta permanente é para que o passado não seja o nosso único presente. Mais que realizar obras, nosso foco no momento é pedagógico: produzir reflexões escritas e continuar a promover os laboratórios, que são espaços de esperança e criação. •

PILAR PEDRAZA

ELNARA NEGRI
Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês

O século das pandemias

▶ Gripe aviária influenza A (H5 N1), hoje no radar da OMS, implica no risco de um novo surto e reforça a importância das vacinas

Em dezembro de 2021, em uma fazenda no extremo leste do Canadá, ocorreu a primeira detecção do vírus influenza A (H5N1) na América do Norte. Inicialmente, ele surgiu isolado em uma gaivota selvagem doente e, em seguida, levou ao diagnóstico de morte de centenas de pássaros e aves domésticas na mesma fazenda.

Esse vírus já havia sido identificado em um surto isolado na China, em 1996, mas nunca na América.

A hipótese era a de que as aves migratórias teriam transportado o vírus. Em janeiro de 2022, detectou-se o vírus nos EUA, em aves selvagens da Carolina do Norte. Em julho de 2022, centenas de focas foram encontradas mortas em Quebec.

Surge então a explicação de que as focas possam ter se infectado por estarem próximas às aves ou por se alimentarem de aves doentes.

Em meados de outubro de 2022, após ter se espalhado em aves selvagens e domésticas e algumas espécies de mamíferos nos EUA e Canadá, o vírus já era visto em animais marinhos no México e na Colômbia, provavelmente também levado pelas aves migratórias.

Mortes em massa de pelicanos no Peru foram constatadas em novembro de 2022 e, no começo de 2023, milhares de leões-marinhos morreram infectados pelo A (H5N1).

Tal mortandade se espalhou para elefantes-marinhos e focas no Uruguai e Sul do Brasil nos meses seguintes e continua seguindo e infectando mamíferos e aves em direção à Terra do Fogo.

Essa mudança de comportamento do vírus que agora afeta mamíferos está causando uma grande preocupação nas autoridades sanitárias nacionais e mundiais, que temem o risco de uma nova pandemia humana.

Serviços de vigilância epidemiológica estão sendo colocados em alerta e projetos de pesquisa são incentivados no Brasil e no mundo.

Os casos em humanos ainda são raros. Mas, no final de março de 2024, um caso de infecção humana pelo vírus influenza A (H5N1) foi identificado nos EUA após exposição a gado leiteiro provavelmente infectado com gripe aviária.

As aves infectadas eliminam o vírus através de sua saliva, muco e fezes. Outros animais infectados podem ter o vírus presente em secreções respiratórias, sangue ou em outros fluidos corporais, incluindo o leite animal.

A propagação do vírus da gripe aviária de uma pessoa para outra é muito rara, no entanto, os vírus influenza são muito propensos a mutações e podem adaptar-se e mudar seu comportamento biológico de maneira imprevisível.

Infecções humanas pelo H5N1 podem acontecer por contato com secreções infectadas de animais – contaminando olhos, nariz e boca – ou por gotículas dispersas no ar que podem ser inaladas, adentrando o sistema respiratório.

A gravidade da doença é variável, podendo se apresentar com sintomas gripais leves, conjuntivite e dor de cabeça, febre ou mesmo com pneumonia e insuficiência respiratória.

Vivemos o chamado Século das Pandemias.

Mudanças climáticas, adensamento populacional mundial e destruição do meio ambiente contribuirão progressivamente para o surgimento de doenças desconhecidas.

Mas, diferentemente do que acontecia nos tempos da Gripe Espanhola, dispomos atualmente de uma tecnologia de produção de vacinas mais rápida e eficiente.

As vacinas baseadas em RNA mensageiro possibilitam a produção rápida de imunizantes eficazes contra vários patógenos simultaneamente.

Atualmente, está em desenvolvimento uma vacina dupla contra Covid-19 e influenza que deverá estar disponível nos EUA em alguns meses.

Observou-se que a associação destes dois patógenos na mesma vacina confere maior imunidade a ambos, em comparação a vacinas isoladas.

Além disso, a segurança das vacinas de RNA mensageiro foi comprovada. Estudos em desenvolvimento preveem vacinas que possam prevenir até 20 patógenos em uma só imunização, o que simplificaria o calendário vacinal de crianças, por exemplo.

As vacinas da gripe e da Covid-19 não impedem que você pegue a doença, mas impedem casos graves, hospitalizações e óbitos, pois fortalecem seu sistema imunológico para combater esses agentes. Mantenha sua vacinação em dia. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO